

## **1 Contexto operacional**

A Portobello S.A., também referida nesta demonstração como “Companhia” ou “Controladora”, é uma sociedade anônima de capital aberto e as suas ações são negociadas no segmento do Novo Mercado da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA S.A.), sob o código PTBL3. A Companhia é controlada por um grupo de acionistas, formalizado pelo acordo celebrado em 15 de abril de 2011, e aditado em 09 de dezembro de 2014, e que detém em 31 de dezembro de 2014 53,99% das ações da sociedade. Os 46,01% remanescentes das ações são detidos por diversos acionistas.

A Companhia com sede em Tijucas, Santa Catarina, foi constituída em 1977 e tem como principal objeto social a industrialização e comercialização de produtos cerâmicos e porcelânicos em geral, como pisos, porcelanato técnico e esmaltado, peças decoradas e especiais, mosaicos, produtos destinados ao revestimento de paredes internas, fachadas externas, bem como, a prestação de serviços complementares para aplicação no ramo de materiais de construção civil no Brasil e no exterior.

Adicionalmente, a Companhia tem participação societária nas sociedades controladas: (i) Portobello América que foi constituída com o objetivo de vender os produtos Portobello no mercado norte-americano, e que está classificada como uma operação descontinuada conforme descrito na nota explicativa nº 37; (ii) Mineração Portobello que é responsável pelo fornecimento de uma parte da matéria prima utilizada na produção dos revestimentos cerâmicos; (iii) PBTech que é responsável pela gestão de lojas próprias Portobello Shop e atualmente administra sete lojas; (iv) Portobello Shop, administradora das redes de franquias de lojas Portobello Shop e Empório Portobello, com uma rede com 135 lojas franqueadas especializadas em porcelanatos e revestimentos cerâmicos; e a (v) Companhia Brasileira de Cerâmica responsável pelas atividades na região nordeste.

## **2 Apresentação das demonstrações financeiras**

### **a) Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)**

As presentes demonstrações financeiras incluem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); e
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com o BR GAAP.

Não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pelo Grupo e o patrimônio líquido e resultado da Companhia controladora em suas demonstrações financeiras individuais. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo e as demonstrações Financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado a lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

As referidas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis a elaboração de Demonstrações Financeiras (DFP).

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 19 de março de 2015.

### **b) Base de mensuração**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nas demonstrações financeiras:

---

- o ativo atuarial de benefício definido que é reconhecido como ativo do plano, acrescido do custo de serviço passado e perdas atuariais, deduzido dos ganhos e do valor presente da obrigação do benefício definido, e é limitado conforme nota 3.18.
- os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo.

#### **c) Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas, exceto a moeda funcional da controlada Portobello América, Inc. que é o dólar americano, convertido para o real na data de apresentação, conforme nota explicativa nº 3.3 b). Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### **d) Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre estimativas e julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas na nota explicativa nº 4.

#### **e) Sistema EmpresasNet (ENET)**

Cabe mencionar que no quadro “Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido” do Sistema “EmpresasNet - ENET” da CVM, o ajuste de avaliação patrimonial, apesar de não corresponder a “Outros Resultados Abrangentes”, está apresentado na coluna com esta indicação, em virtude de não haver opção mais apropriada para a apresentação da referida transação no demonstrativo padrão da CVM.

### **3 Principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

#### **3.1 Consolidação**

##### **3.1.1 Demonstrações Financeiras consolidadas**

#### **a) Controladas**

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que cessa o controle.

---

O percentual de participação societária da Companhia nas empresas controladas, Portobello América, Inc. , PBTech Com. Serv. Revest. Cer. Ltda, Portobello Shop S/A; Mineração Portobello Ltda e Companhia Brasileira de Cerâmica são 100 - 99,9 - 99,9 - 99,7 e 98 respectivamente em 31 de dezembro de 2014.

As operações entre a Companhia e suas controladas, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, foram eliminados para fins de preparação das Demonstrações Financeiras consolidadas.

As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

## **b) Transações e participações das não controladoras**

A Companhia e suas controladas tratam as transações com participações não controladoras da mesma forma que as transações com proprietários de ativos classificados como partes relacionadas. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados no patrimônio líquido.

Quando a Companhia ou suas controladas deixam de ter controle, qualquer participação retida é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se os ativos e passivos relacionados tivessem sido diretamente alienados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado.

### **3.1.2 Demonstrações Financeiras individuais**

Nas Demonstrações Financeiras individuais, as controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

Na utilização do método de equivalência patrimonial, a parcela do resultado das controladas destinada a dividendos é reconhecida como dividendos a receber no ativo circulante. Portanto, o valor do investimento está demonstrado líquido do dividendo proposto pela controlada. Desta forma não há reconhecimento de receita de dividendos.

## **3.2 Apresentação de informações por segmento de negócio**

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia e suas controladas.

---

### **3.3 Conversão de moeda estrangeira**

#### **a) Transações e saldos**

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para Reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes aos ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado como outros ganhos e perdas líquidos, exceto as operações de financiamentos que estão reconhecidas no resultado financeiro, conforme descrito nas notas explicativas nº 35 e nº 36.

#### **b) Empresas controladas**

Os ativos e passivos em moeda estrangeira (Dólar dos Estados Unidos) registrados por controlada sediada no exterior foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio no fechamento do balanço e o resultado foi convertido pelas taxas de câmbio médias mensais. A variação cambial sobre o investimento no exterior foi registrada como ajuste acumulado de conversão no patrimônio líquido sob a rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial”.

### **3.4 Ativos Financeiros**

#### **3.4.1 Classificação**

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento, ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (mantidos para negociação) e ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

#### **a) Empréstimos e recebíveis**

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia e suas controladas compreendem “contas a receber de clientes”, bem como “caixa e equivalentes de caixa”.

#### **b) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

#### **c) Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia e suas controladas e são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para devedores duvidosos “PDD” (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia e suas controladas), as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

---

A provisão para devedores duvidosos (*impairment*) é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia ou suas controladas não serão capazes de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber e o cálculo da provisão é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas.

### **3.4.2 Reconhecimento e mensuração**

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual há o compromisso de compra ou venda do ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos para a Companhia; neste último caso, desde que tenham sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

### **3.4.3 Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

## **3.5 *Impairment* de ativos financeiros**

A Companhia e suas controladas avaliam no final de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
  - ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
  - iii) torna-se provável que o devedor declare falência ou outra reorganização financeira;
  - iv) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
  - v) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
    - mudanças adversas na situação do pagamento dos devedores de empréstimo na carteira;
    - condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.
-

### **3.6 Estoques**

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em processo compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e gastos gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda.

### **3.7 Depósitos judiciais**

Os saldos dos depósitos judiciais estão atualizados monetariamente pela taxa de poupança e apresentados como ativo não circulante, realizável a longo prazo.

### **3.8 Recebíveis da Eletrobrás**

Os recebíveis da Eletrobrás são decorrentes de valor incontroverso e são reconhecidos com base no cálculo da contadoria de Justiça Federal e estão atualizados por índice de inflação, acrescidos de 12% ao ano conforme detalhado na nota explicativa 14.

### **3.9 Investimentos**

Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecida no resultado do exercício como receita ou despesa operacional. No caso da variação cambial de investimento na controlada Portobello América Inc., as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial são registradas na conta “Ajuste de avaliação patrimonial”, no patrimônio líquido da Companhia, e somente são registrados ao resultado do exercício quando o investimento for vendido ou baixado para perda.

A provisão para perdas em investimentos é constituída quando ocorrem perdas de investimentos em controladas e estas perdas excedem o limite do valor contábil do investimento. A Companhia classifica a provisão no passivo não circulante, sob a rubrica “Provisão para perdas em investimentos” e a contrapartida da provisão é registrada no resultado, na rubrica “Resultado da equivalência patrimonial”. No passivo circulante está classificada a provisão para perda em investimento na controlada Portobello América que está em fase de descontinuação.

Outros investimentos estão reconhecidos pelo custo histórico e ajustado pela provisão para *impairment*, caso exista algum indicador de perda (nota explicativa nº 18).

### **3.10 Imobilizado**

O imobilizado é registrado pelo custo atribuído, deduzido da depreciação acumulada. A contrapartida das reavaliações é registrada em conta própria do patrimônio líquido e em conta de tributos diferidos no passivo não circulante. Em 2010, quando da adoção inicial das normas internacionais CPC 37 e IFRS 1, bem como, da adoção do CPC 43 e ICPC 10, a Companhia adotou a opção de utilizar a reavaliação do imobilizado efetuada em 2006 como custo atribuído, por entender que a mesma representava substancialmente o valor justo na data de transição.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados no custo de produção, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme taxa de depreciação detalhada na nota explicativa 19.

---

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Até o presente momento, essas revisões não indicam a necessidade de reconhecer perdas permanentes.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (nota explicativa nº 19).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), operacionais líquidas" na demonstração do resultado.

### **3.11 Intangível**

O intangível refere-se ao registro dos direitos que tem por objeto bens incorpóreos, como marcas e patentes, gastos de implantação do sistema de gestão e softwares e direitos de exploração de jazidas de minérios, fundo de comércio. São apresentados pelo custo incorrido na aquisição ou formação e, posteriormente deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Assim são demonstrados ao custo de aquisição, combinada com as taxas anuais de amortização, mencionadas na nota explicativa nº 20, calculadas pelo método linear, levando em consideração a vida útil definida para o ativo.

A Companhia e suas controladas determinaram a vida útil das marcas e patentes e fundo de comércio como indefinida. Com base em uma análise de todos os fatores relevantes, verificou-se que estes ativos não apresentaram limites previsíveis em relação ao período durante o qual se espera que os mesmos gerem fluxos de entrada de caixa líquidos para as entidades.

A recuperação de um ativo intangível com vida útil indefinida é testada comparando o seu valor recuperável com o seu respectivo valor contábil. O procedimento é feito anualmente ou sempre que haja uma indicação de que o ativo intangível pode estar perdendo substância econômica, conforme determinação do CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável e entende que os saldos em 31 de dezembro de 2014 estão próximos do valor justo.

### **3.12 Arrendamentos mercantis**

Os arrendamentos mercantis de imobilizado nos quais a Companhia e suas controladas assumem substancialmente os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros sob a rubrica "Empréstimos e financiamentos", e registrados como uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento pelo valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado. O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é depreciado pelas taxas usuais, descritas na nota explicativa nº 19.

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte dos riscos e benefícios de propriedade ficam com a Companhia e suas controladas são classificados como arrendamentos operacionais. As despesas com arrendamentos operacionais são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

### **3.13 Impairment de ativos não financeiros, (exceto estoques, imposto de renda e contribuição social diferidos)**

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de *impairment* anualmente e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos

---

são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

### **3.14 Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

### **3.15 Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*").

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Controladora e suas controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o fim do exercício.

### **3.16 Provisões para contingências, passivos e ativos contingentes**

As provisões para contingências são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação e são avaliadas individualmente pelos consultores jurídicos e legais da Companhia que os classificam de acordo com as expectativas de êxito das causas. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo em função de atualização monetária é reconhecido como despesa financeira.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas Demonstrações Financeiras, e os classificados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Companhia julgar que o ganho é praticamente certo ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

### **3.17 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido**

O imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda (25%) e da contribuição social (9%) sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável.

Os créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de saldos acumulados de prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporárias ativas,

---



assim como, os débitos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de reavaliação de ativo imobilizado e diferenças temporárias passivas. Os créditos levaram em consideração a expectativa futura de geração de lucros tributáveis e estão calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes pela legislação tributária e registrados até o montante considerado como realizável com base em estimativas preparadas pela Companhia.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

### **3.18 Benefícios a empregados**

#### **a) Plano de previdência privada**

A Companhia patrocina plano de benefício com característica de contribuição definida, porém oferece um benefício mínimo de aposentadoria por tempo de serviço ou por idade (componentes de benefício definido). Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente das obrigações de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de serviços passados não reconhecidos. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições aos planos.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são registrados como outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido sob a rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial".

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas e as contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos dos serviços correntes futuros estiver disponível.

A Companhia não utiliza o método corredor, assim não houve impactos da alteração do CPC 33, IAS 19 (R1).

---

## **b) Plano de participação nos resultados**

O reconhecimento desta participação é realizado mensalmente no passivo circulante, sob a rubrica "Outros" e na demonstração do resultado sob a rubrica "Outras despesas operacionais". Seu cálculo baseia-se em uma fórmula que considera o atingimento de 80% do lucro antes dos juros e impostos orçados.

## **c) Incentivo de longo prazo**

A Companhia opera um plano de incentivos de longo prazo, segundo os quais a Companhia recebe serviços dos empregados e oferece como contraprestação pagamentos em dinheiro. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca de caixa, é reconhecido como despesa. O valor total a ser reconhecido como obrigação é determinado anualmente considerando os principais aspectos: o crescimento do EBITDA e uma relação do EBITDA com a dívida líquida da Companhia (nota explicativa 30). O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a entidade revisa suas estimativas com base nas condições de aquisição de direitos e reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no passivo.

## **3.19 Capital social**

O capital social da Companhia está representado exclusivamente por ações ordinárias e estão classificadas no patrimônio líquido conforme nota explicativa nº 31.

## **3.20 Custos de emissão**

Os custos de emissão de ações são reconhecidos no patrimônio líquido da Companhia, deduzindo o valor das ações emitidas.

## **3.21 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio**

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

## **3.22 Reconhecimento da receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas e é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre a Companhia e suas controladas.

A receita de venda é reconhecida no momento da entrega física dos bens ou serviços, transferência de propriedade e quando todas as seguintes condições tiverem sido satisfeitas: a) o cliente assume os riscos e benefícios significativos decorrentes da propriedade dos bens; b) o valor da receita pode ser medido com segurança; c) o reconhecimento do contas a receber é provável; e d) os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser medidos com segurança.

---

**a) Venda de produtos - atacado**

A Companhia produz e vende uma variedade de revestimentos cerâmicos no mercado atacado. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para o atacadista, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de revenda dos produtos, e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo atacadista. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido embarcados para o local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o atacadista; (iii) o atacadista tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

Os revestimentos cerâmicos são eventualmente vendidos com descontos por volume. Os clientes têm o direito de devolver produtos com defeitos no mercado atacadista. As vendas são registradas com base no preço especificado nos contratos de venda. As vendas são realizadas com prazo de pagamento variado de acordo com o tipo de cliente (Home Centers, Construtoras, Lojas Franqueadas), que não têm caráter de financiamento e são consistentes com a prática do mercado; portanto, essas vendas não são descontadas ao valor presente.

**b) Receita de royalties**

A receita de royalties é reconhecida pelo regime de competência conforme a essência dos contratos aplicáveis.

**c) Receita financeira**

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros, e é reconhecida à medida que há expectativa de realização.

**3.23 Resultado de operações descontinuadas**

O resultado de operação descontinuada é apresentado em montante único na demonstração do resultado, contemplando o resultado total após o imposto de renda destas operações menos qualquer perda relacionada a *impairment* e são apresentadas na nota explicativa nº 37.

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes. Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, as demonstrações de resultados e de resultados abrangentes comparativas são reapresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do exercício comparativo.

**3.24 Demonstração do valor adicionado**

O Grupo elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

**3.25 Despesas financeiras**

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre empréstimos e financiamentos, variação monetária nas contas a pagar a fornecedores, variação cambial de empréstimos e financiamentos, atualização de parcelamento de impostos e descontos concedidos a clientes. Custos de

---

empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

### **3.26 Novas normas, alterações ou interpretação de IFRS emitidas pelo IASB**

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2015 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para o Grupo estão mencionadas abaixo. O Grupo não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

#### **IFRS 9 *Financial Instruments* (Instrumentos Financeiros)**

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

#### **IFRS 15 *Revenue from Contracts with Customers* (Receita de Contratos com Clientes)**

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando um abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que o IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações. A Companhia ainda não escolheu o método de transição para a nova norma nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

## **4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

### **4.1 Estimativas**

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

#### **a) Revisão da vida útil e recuperação dos ativos**

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

**b) Provisões para contingências**

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos e legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

**c) Provisões para perda no estoque**

A provisão de estoque para potenciais perdas é constituída quando, com base na estimativa da Administração, os itens são definidos como descontinuados, baixo giro e quando o valor dos itens de estoque estiverem a um custo superior ao valor realizável líquido.

**d) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Os ativos e passivos fiscais diferidos são baseados em diferenças temporárias e prejuízos fiscais entre os valores contábeis nas Demonstrações Financeiras e a base fiscal. Se a Companhia e suas controladas operarem com prejuízo ou não forem capazes de gerar lucro tributável futuro suficiente, ou se houver uma mudança material nas atuais taxas de imposto ou período de tempo no qual as diferenças temporárias subjacentes se tornem tributáveis ou dedutíveis, seria necessário uma reversão de parte significativa de nosso ativo fiscal diferido, podendo resultar em um aumento na taxa efetiva de imposto.

**e) Plano de previdência privada**

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A taxa de desconto apropriada é determinada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a administração considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na nota explicativa nº 29.

## **4.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da entidade**

**a) Recebíveis da Eletrobrás**

O reconhecimento dos recebíveis da Eletrobrás embasa-se na opinião dos consultores jurídicos da Companhia e está suportado pelo trânsito em julgado da ação, que encontra-se atualmente em liquidação de sentença. Os valores já foram apurados pelo setor de Contadoria da Justiça Federal, observados os contornos da sentença condenatória e os balizamentos observados pelo juiz da causa, desta forma de acordo com os consultores jurídicos, é praticamente certo a chancela definitiva dos valores postulados.

---

## **b) Créditos com outras pessoas ligadas com garantias**

O recebível da Refinadora Catarinense é reconhecido com base no valor de contrato firmado com a contraparte e no valor das garantias oferecidas. Os créditos cedidos em garantia já foram convertidos em precatório e encontram-se insertos no orçamento da União. A Refinadora Catarinense S/A já efetuou o pagamento de três parcelas (de um total de dez parcelas, conforme disposição contratual) sendo uma em agosto de 2011, uma em março de 2013 e uma em abril de 2014, nos montantes de R\$ 8.505, R\$ 9.824 e R\$ 9.995, respectivamente.

## **c) Parcelamento MP 470**

O valor do parcelamento da MP 470 baseia-se no princípio que a Companhia obterá o deferimento do pedido de acordo com a opinião de seus consultores jurídicos.

A Companhia já requereu a prestação jurisdicional para obter a homologação judicial do parcelamento a que alude a MP 470. A referida ação – Mandado de Segurança – tem como desfecho praticamente certo a sua procedência, secundada no pronunciamento da área jurídica da Companhia, bem como de dois escritórios de advocacia de notória especialização (Demarest Almeida e Souza Cescon). A título de esclarecimento, o mandado de segurança impetrado para buscar a homologação judicial do parcelamento foi denegado em primeira instância. Em sede recursal, o TRF da 4ª Região deu parcial provimento ao recurso. A Companhia mantém o pronunciamento de reverter a questão jurídica remanescente no Superior Tribunal de Justiça.

## **d) Benefícios fiscais de ICMS**

A Companhia possui incentivo fiscal de ICMS denominado PRODEC - Programa de desenvolvimento da empresa Catarinense - concedido pelo governo estadual de Santa Catarina, conforme descrito na nota explicativa nº 22i). O Supremo Tribunal Federal – STF proferiu decisões em Ações Diretas, declarando a inconstitucionalidade de diversas leis estaduais que concederam benefícios fiscais de ICMS sem prévio convênio entre os Estados. Embora não possua incentivos fiscais de ICMS julgados pelo STF, a Companhia vem acompanhando, juntamente com seus assessores legais, a evolução dessa questão nos tribunais para determinar eventuais impactos em suas operações e consequentes reflexos nas Demonstrações Financeiras.

## **e) Auto de infração**

Em 08 de dezembro de 2014, a Portobello S/A foi cientificada da lavratura de Autos de Infração que constituíram créditos tributários de IRPJ e CSLL (bem como, penalidades pecuniárias e juros), referentes aos anos-calendários de 2009 a 2013. A Companhia apresentou defesa e encontra-se aguardando o julgamento da referida impugnação, conforme detalhado na nota explicativa 27a).

# **5 Gestão de risco financeiro**

## **5.1 Fatores de risco financeiro**

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro consolidado.

A gestão de risco é realizada pela Tesouraria e Diretoria Financeira, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria e a Diretoria Financeira, identificam, avaliam e protegem a Companhia e suas controladas contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as suas unidades operacionais. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco

---

global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

**a) Risco de mercado**

**i) Risco cambial**

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, principalmente com relação ao Dólar dos Estados Unidos e ao Euro. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

Apresentamos a seguir os saldos ativos e passivos expostos à variação da taxa de câmbio:

	Em reais			
	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Contas a receber	34.118	24.254	34.118	24.254
Conta corrente	19.475	-	19.475	-
Créditos com controladas	54.383	47.962	-	-
Ativos expostos	107.976	72.216	53.593	24.254
Provisão para perdas em investimentos	(54.128)	(47.649)	-	-
Contas a pagar, líquido de adiantamentos	(46.721)	(41.989)	(46.721)	(41.989)
Empréstimos e financiamentos	(136.441)	(17.551)	(136.441)	(17.551)
(-) Operação Swap 109% CDI	39.160	-	39.160	-
Passivos expostos	(198.130)	(107.189)	(144.002)	(59.540)
Exposição líquida	(90.154)	(34.973)	(90.409)	(35.286)

	Em Euro				Em Dólar			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Contas a receber	293	341	293	341	9.387	8.082	9.387	8.082
Conta corrente	-	-	-	-	7.332	-	7.332	-
Créditos com controladas	-	-	-	-	20.474	20.474	-	-
Provisão para perdas em investimentos	-	-	-	-	(20.378)	(20.340)	-	-
Contas a pagar, líquido de adiantamentos	(6.193)	(2.111)	(6.193)	(2.111)	(1.010)	(15.016)	(1.010)	(15.016)
Empréstimos e financiamentos	-	(88)	-	(88)	(51.659)	(7.371)	(51.659)	(7.371)
(-) Operação Swap 109% CDI	-	-	-	-	15.026	-	15.026	-
	(5.900)	(1.858)	(5.900)	(1.858)	(20.828)	(14.171)	(20.924)	(14.305)

A estratégia adotada para mitigar a exposição cambial dos ativos e passivos da Companhia tem sido manter a exposição cambial passiva em valores aproximados em até um ano de suas exportações.

**ii) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros**

O risco de taxa de juros decorre de empréstimos e financiamentos de longo prazo e está associado a empréstimos emitidos a taxas variáveis que expõem a Companhia e suas controladas ao risco de taxa de juros e fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos a taxas fixas expõem as entidades ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Baseado em diversos cenários, a Companhia administra o risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros, usando o *Swap* de taxa de juros, que recebe juros variáveis e paga juros fixos e tem o efeito econômico de converter empréstimos mantidos em taxas variáveis para taxas fixas. As taxas fixas, que são resultado dessa operação de *Swap*, são menores que aquelas disponíveis se a Companhia tomasse os empréstimos diretamente a taxas fixas. Por meio das operações de *Swap* de taxas de juros, a Companhia concorda com outras partes em trocar, a intervalos especificados, a diferença entre as taxas contratuais fixas e os valores de juros a taxas variáveis, calculada mediante os valores de referência (notional) acordados entre as partes.

A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

No que diz respeito às aplicações financeiras, são preponderantemente realizadas em fundos de investimentos, conforme descrito na nota explicativa nº 6.

#### b) Risco de crédito

A Companhia e suas controladas mantem rigorosos controles sobre a concessão de créditos a seus clientes, e ajusta estes limites sempre que é detectada alteração material no nível de risco percebido.

#### c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia e suas controladas não disporem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria e Diretoria Financeira.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Controladora e consolidado, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados não descontados.

	Controladora							
	31 de dezembro de 2014				31 de dezembro de 2013			
	Empréstimos e financiamentos	Arrendamento financeiro	Fornecedor e ctas pg investimento	Parcelamento de obrigações tributárias	Empréstimos e financiamentos	Arrendamento financeiro	Fornecedor	Parcelamento de obrigações tributárias
Menos de um ano	172.586	476	157.715	8.300	90.277	1.007	152.521	17.674
Entre um e dois anos	199.094	-	33.287	17.182	156.043	476	15.966	19.947
Entre dois e cinco anos	58.704	-	-	25.773	46.996	-	-	29.922
Acima de cinco anos	23.931	-	-	32.932	2.545	-	-	48.213
	454.315	476	191.002	84.187	295.861	1.483	168.487	115.756



Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado							
	31 de dezembro de 2014				31 de dezembro de 2013			
	Empréstimos e financiamentos	Arrendamento financeiro	Fornecedor e ctas pg investimento	Parcelamento de obrigações tributárias	Empréstimos e financiamentos	Arrendamento financeiro	Fornecedor	Parcelamento de obrigações tributárias
Menos de um ano	172.586	476	158.506	8.358	90.277	1.007	153.922	18.080
Entre um e dois anos	199.094	-	33.287	17.298	156.043	737	15.966	20.055
Entre dois e cinco anos	59.705	-	-	25.947	47.962	-	-	30.084
Acima de cinco anos	23.931	-	-	33.157	2.545	-	-	48.477
	<u>455.316</u>	<u>476</u>	<u>191.793</u>	<u>84.760</u>	<u>296.827</u>	<u>1.744</u>	<u>169.888</u>	<u>116.696</u>

#### d) **Análise de sensibilidade**

##### i) **Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros**

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Companhia bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos e empréstimos são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI e TJLP.

Em 31 de dezembro de 2014 a administração considerou como cenário provável a taxa de CDI de 11,57% e TJLP de 5,00%. A taxa provável foi então agravada em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Os cenários abaixo foram estimados para o período de um ano:

Operação	Consolidado em Reais							
	31 de dezembro de 2014	Risco	Provável		Possível (25%)		Remoto (50%)	
			%	R\$	%	R\$	%	R\$
Operação								
Aplicações (remuneradas 101,42% CDI)	68.283	Baixa CDI	11,57%	8.013	8,68%	6.009	5,79%	4.006
	<u>68.283</u>			<u>8.013</u>		<u>6.009</u>		<u>4.006</u>
Operação								
Empréstimos - Capital de giro	(3.447)	Alta CDI	11,57%	(399)	14,46%	(499)	17,36%	(598)
Empréstimos - Nota de crédito de exportação	(137.414)	Alta CDI	11,57%	(15.899)	14,46%	(19.873)	17,36%	(23.848)
Empréstimos - Trade 4131 Swap	(43.160)	Alta CDI	11,57%	(4.994)	14,46%	(6.242)	17,36%	(7.490)
Empréstimos - BNDES	(17.665)	Alta TJLP	5,00%	(883)	6,25%	(1.104)	7,50%	(1.325)
	<u>(201.686)</u>			<u>(22.175)</u>		<u>(27.718)</u>		<u>(33.261)</u>

##### ii) **Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio**

A Companhia possui ativos e passivos atrelados a moeda estrangeira no balanço de 31 de dezembro de 2014 e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa de mercado futuro vigente no período de elaboração destas Demonstrações Contábeis Intermediárias. A taxa provável foi então agravada em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Desta forma, o quadro abaixo demonstra simulação do efeito da variação cambial no resultado futuro:

	31 de dezembro de 2014	Consolidado em Reais					
		Provável		Possível (25%)		Remoto (50%)	
		Taxa US\$	Ganho (Perda)	Taxa US\$	Ganho (Perda)	Taxa US\$	Ganho (Perda)
Contas a receber	34.118	2,6562	-	3,3203	8.530	3,9843	17.059
Conta corrente	19.475	2,6562	-	3,3203	4.869	3,9843	9.738
Contas a pagar, líquido de adiantamentos	(46.721)	2,6562	-	3,3203	(13.503)	3,9843	(27.007)
Empréstimos e financiamentos	(136.441)	2,6562	-	3,3203	(34.110)	3,9843	(68.221)
(-) Operação Swap 109% CDI	39.160	2,6562	-	3,3203	9.790	3,9843	19.580
Exposição líquida	(90.409)	2,6562	-	3,3203	(24.424)	3,9843	(48.851)

## 5.2 Gestão de capital

Os objetivos da administração ao gerir seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia e suas controladas para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de proporcionar a melhor gestão de caixa, de forma obter o menor custo de captação de recursos na combinação de capital próprio ou capital de terceiros.

O capital é monitorado com base no índice de alavancagem financeira consolidado. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e parcelamento de obrigações tributárias, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa, créditos com outras pessoas ligadas e títulos e valores mobiliários. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2014 podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Empréstimos e financiamentos	446.367	292.168	447.368	293.134
Parcelamento de obrigações tributárias	84.187	115.756	84.760	116.696
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	(87.803)	(55.389)	(92.383)	(57.677)
Créditos com outras pessoas ligadas	(88.893)	(94.540)	(88.893)	(94.540)
Dívida líquida	353.858	257.995	350.852	257.613
Total do patrimônio líquido	237.270	191.849	237.280	191.857
Total do capital	591.128	449.844	588.132	449.470
Índice de alavancagem financeira (%)	60	57	60	57

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia conta com linhas de créditos disponíveis, porém não utilizadas no montante de R\$ 44.822.

Adicionalmente a Companhia possui linha de crédito aprovada com o Banco do Nordeste do Brasil S/A no valor de R\$ 147.784, cuja finalidade é o investimento na nova unidade fabril na cidade de Marechal Deodoro (AL). Em agosto de 2014, houve a primeira liberação, onde a Companhia captou o montante de R\$ 29.221, ficando com um saldo disponível de R\$ 118.563.

### 5.3 Instrumentos financeiros por categoria

No quadro a seguir realizamos a classificação dos instrumentos financeiros por categoria em cada uma das datas apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Ativos, empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa	87.803	55.389	92.383	57.677
Contas a receber de clientes	179.292	158.522	187.918	163.801
	<u>267.095</u>	<u>213.911</u>	<u>280.301</u>	<u>221.478</u>
Passivo, outros passivos financeiros				
Fornecedores	149.582	152.441	150.373	153.842
Contas a pagar de investimentos	21.466	-	21.466	-
Empréstimos e financiamentos	446.367	292.168	447.368	293.134
Parcelamento de obrigações tributárias	84.187	115.756	84.760	116.696
	<u>701.602</u>	<u>560.365</u>	<u>703.967</u>	<u>563.672</u>

### 6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Conta corrente	22.329	6.410	24.097	6.979
Aplicações financeiras	65.474	48.979	68.286	50.698
	<u>87.803</u>	<u>55.389</u>	<u>92.383</u>	<u>57.677</u>

As aplicações financeiras designadas como equivalentes de caixa são participações em fundos de investimento, cuja rentabilidade média do fundo em dezembro de 2014 foi equivalente a 101,42% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e a aplicação pode ser resgatada a qualquer momento, sem penalidades.

Em 31 de dezembro de 2014, do montante de R\$ 22.329 disponíveis em conta corrente, R\$ 19.475 correspondem à conta corrente internacional, no Banco Citibank de Nova Iorque, recursos estes utilizados para pagamento de investimentos.

### 7 Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos para negociação são classificados como ativo ou passivo circulante. O valor justo total de um derivativo de hedge é classificado como ativo ou passivo não circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido por hedge for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante se o período remanescente para o vencimento do item protegido por hedge for inferior a 12 meses.

A Companhia possui duas operações de *Swap*, que visam proteger os pagamentos futuros dos empréstimos e financiamentos nas modalidades abaixo, das oscilações do dólar norte americano e da taxa de juros. Estas operações estão classificadas no passivo não circulante, conforme segue:

- Em dezembro de 2012 a Companhia celebrou uma operação seguindo as regras determinadas pela Lei nº 4.131 (Trade Exportador) no valor de R\$ 50.000 ao custo de 9,8% ao ano pré-fixado, mas

com *Swap* para CDI+1,60% ao ano e prazo de pagamento em 60 meses com carência de 24 meses. As amortizações são semestrais com início em dezembro de 2014.

O valor atualizado desta operação de *Swap* de taxa de juros foi registrado líquido no passivo circulante no montante de R\$ 103 e a parcela reconhecida no resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 totaliza uma perda de R\$ 366 (R\$ 27 em 31 de dezembro de 2013).

- Em novembro de 2014 a Companhia celebrou uma operação de Crédito Exportação (NCE) no valor de US\$ 15.000, equivalente a R\$ 37.650 ao custo de 1,65% a.a + LIBOR-03 + variação cambial, ao ano, mas com *Swap* para CDI à taxa de 109% ao ano e prazo de pagamento em 36 meses com carência de 12 meses. As amortizações são trimestrais com início em novembro de 2015.

O valor atualizado desta operação de *Swap* de taxa de juros foi registrado líquido no ativo circulante no montante de R\$ 1.110 e a parcela reconhecida no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 totaliza um ganho de R\$ 1.110.

A Companhia não pratica operações financeiras de caráter especulativo com derivativos ou quaisquer outros instrumentos de risco.

## 8 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Contas a receber de terceiros:				
Mercado interno	144.640	133.795	153.266	139.074
Mercado externo	34.118	24.254	34.118	24.254
	<u>178.758</u>	<u>158.049</u>	<u>187.384</u>	<u>163.328</u>
Contas a receber de partes relacionadas:				
Entidades ligadas à administração	1.634	1.045	1.634	1.045
	<u>1.634</u>	<u>1.045</u>	<u>1.634</u>	<u>1.045</u>
<i>Impairment</i> de contas a receber de clientes:				
Provisão para devedores duvidosos	(1.026)	(520)	(1.026)	(520)
Recomposição do valor nominal ao valor presente	(74)	(52)	(74)	(52)
	<u>(1.100)</u>	<u>(572)</u>	<u>(1.100)</u>	<u>(572)</u>
	<u>179.292</u>	<u>158.522</u>	<u>187.918</u>	<u>163.801</u>

A movimentação da provisão para devedores duvidosos de contas a receber é a seguinte:

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2013	520	520
Provisão (reversão) para <i>impairment</i> de contas a receber	506	506
Em 31 de dezembro de 2014	<u>1.026</u>	<u>1.026</u>

A Administração entende que a provisão para créditos de liquidação duvidosa é suficiente para cobrir prováveis perdas na liquidação das contas a receber considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas. Seu valor representa a estimativa de risco de não realização dos recebíveis vencidos sob a análise do gestor responsável.

A constituição e baixa da provisão para contas a receber são registradas no resultado como despesas comerciais.

**a) Composição das contas a receber por idade de vencimento com classificação provisionados e não provisionados**

	Controladora				Consolidado			
	31 de dezembro de 2014	Duplicatas a vencer não provisionadas	Duplicatas vencidas não provisionadas	Provisão para devedores duvidosos	31 de dezembro de 2013	Duplicatas a vencer não provisionadas	Duplicatas vencidas não provisionadas	Provisão para devedores duvidosos
A vencer	169.411	169.411	-	-	150.724	150.724	-	-
Vencidos até 30 dias	7.796	-	7.785	11	6.027	-	6.027	-
Vencidos de 31 a 90 dias	1.899	-	1.777	122	1.286	-	1.276	10
Vencidos de 91 a 360 dias	761	-	348	413	978	-	652	326
Vencidos há mais de 360 dias	525	-	45	480	79	-	(105)	184
	180.392	169.411	9.955	1.026	159.094	150.724	7.850	520

  

	Controladora				Consolidado			
	31 de dezembro de 2014	Duplicatas a vencer não provisionadas	Duplicatas vencidas não provisionadas	Provisão para devedores duvidosos	31 de dezembro de 2013	Duplicatas a vencer não provisionadas	Duplicatas vencidas não provisionadas	Provisão para devedores duvidosos
A vencer	177.675	177.675	-	-	155.936	155.936	-	-
Vencidos até 30 dias	7.979	-	7.968	11	6.047	-	6.047	-
Vencidos de 31 a 90 dias	2.145	-	2.023	122	1.319	-	1.309	10
Vencidos de 91 a 360 dias	692	-	279	413	992	-	666	326
Vencidos há mais de 360 dias	527	-	47	480	79	-	(105)	184
	189.018	177.675	10.317	1.026	164.373	155.936	7.917	520

Os recebíveis da Companhia figuram como garantia de alguns dos empréstimos e financiamentos tomados, conforme descrito na nota explicativa nº 22. Seu montante é calculado a partir de um percentual do saldo residual da dívida. Em 31 de dezembro de 2014, o total de contas a receber dados em garantia era de R\$ 79.126 (R\$ 57.065 em 31 de dezembro de 2013).

**9 Estoques**

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Produtos acabados	158.259	135.728	158.951	135.909
Produtos em processo	5.407	6.808	5.407	6.808
Matérias-primas e materiais de consumo	16.150	14.851	16.150	14.851
Provisão para avaliação de estoques ao valor de realização	(6.675)	(5.402)	(6.675)	(5.402)
Importações em andamento	18.459	25.681	18.459	25.681
	191.600	177.666	192.292	177.847

**10 Adiantamento a fornecedores**

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Mercado interno	3.136	11.170	1.767	9.757
Mercado externo	21	218	21	218
	3.157	11.388	1.788	9.975

**11 Tributos a recuperar**

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Circulante				
ICMS (a)	13.828	5.006	13.828	5.006
IPI	1.023	1.313	1.023	1.313
IRPJ/CSLL	-	10.522	452	10.978
Outros	166	440	345	586
	<u>15.017</u>	<u>17.281</u>	<u>15.648</u>	<u>17.883</u>
Não circulante *				
ICMS	4.070	3.400	4.070	3.400
PIS/COFINS	11.260	484	11.260	484
	<u>15.330</u>	<u>3.884</u>	<u>15.330</u>	<u>3.884</u>

\* Impostos a recuperar decorrentes de aquisições no ativo imobilizado.

A redução dos percentuais das alíquotas de IPI incidentes sobre os produtos produzidos e comercializados pela Portobello S.A. originalmente permitida pelo Decreto nº 7.032 de 14 de dezembro de 2009, estava mantida até 31 de março de 2014 conforme Decreto nº 7.796 de 30 de agosto de 2012, e foi revogada pelo Decreto Federal 7.879 de 27 de dezembro de 2012, que define alíquota zero para o IPI do setor, por prazo indeterminado. Esta medida origina créditos que são utilizados trimestralmente para compensação de tributos federais.

**a) Crédito presumido sobre produtos importados**

Desde 2012 a Companhia utiliza o benefício Pró-emprego (TTD) que reduz o ICMS (crédito presumido) na venda de produtos importados através dos portos de Santa Catarina.

Conservadoramente, a Portobello entendeu que não caberia o crédito presumido do ICMS na revenda de produtos importados quando a saída se dava a não contribuinte do ICMS, em especial às empresas construtoras e incorporadoras.

Em 2014, a Companhia contratou uma consultoria para efetuar um trabalho de revisão do ICMS, e foi identificada a possibilidade do aproveitamento desse crédito, inclusive de forma extemporânea. Assim, em 31 de dezembro de 2014, do montante de R\$13.828 registrado no ativo circulante, R\$ 8.743 refere-se ao reconhecimento dos créditos fiscais de ICMS referidos acima.

**12 Créditos com outras pessoas ligadas**

A Companhia adquiriu, entre 2001 e 2003, da parte relacionada Refinadora Catarinense S.A. ("Refinadora") créditos fiscais contra a Fazenda Nacional decorrentes de Mandado de Segurança reclamando o direito ao ressarcimento de crédito-prêmio IPI. A Companhia utilizou tais créditos, para liquidação de tributos federais. Conforme previsto no contrato entre as partes, na eventualidade desses créditos não serem validados por parte da Fazenda Nacional, a "Refinadora" deveria ressarcir a Companhia.

O Supremo Tribunal Federal pronunciou-se em meados de 2009 definindo o marco extintivo deste incentivo em 04 de outubro de 1990, extinguindo as pretensões de utilização deste crédito. Dado este fato a Companhia aderiu ao parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09, incluindo então o débito decorrente da utilização do crédito adquirido da "Refinadora".

Ressalta-se que a “Refinadora” já havia celebrado contrato com a Companhia garantindo o ressarcimento dos valores utilizados. A referida garantia foi prestada com créditos originados também sobre o benefício fiscal ‘crédito-prêmio do IPI’, de período de apuração anterior a 04 de outubro de 1990, tramitando na Justiça Federal do Distrito Federal, com decisão de liquidação de sentença transitada em julgada e favorável a Refinadora.

Por ocasião da adesão ao parcelamento da Lei 11.941/09, a Companhia e “Refinadora” firmaram instrumento confirmando como garantia tais créditos, bem como aptos a satisfação da totalidade dos débitos tributários parcelados. Em 31 de dezembro de 2014, esses créditos que também têm origem no processo 87.00.00967-9, representam R\$ 88.893 (R\$ 94.540 em 31 de dezembro de 2013) e são atualizados pela taxa SELIC, conforme contrato.

Importa dizer que os créditos em garantias já se transformaram em precatórios. Com efeito, a Companhia recebeu 3 parcelas de um total de 10 parcelas anuais, conforme disposto em contrato. Os recebimentos ocorreram em agosto de 2011, março de 2013 e abril de 2014, nos montantes de R\$ 8.505, R\$ 9.824 e R\$ 9.995, respectivamente.

A Refinadora Catarinense S/A foi controladora no passado e atualmente possui acionistas em comum, e permanece financeiramente responsável pelo adimplemento da obrigação.

### 13 Depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em ações judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista (vide nota explicativa nº 26) e estão discutindo essas questões na esfera administrativa e judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. Estes estão registrados pelo valor original atualizado pelos índices relativos à remuneração básica da poupança, TR + 0,5%.

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Cível	33.289	16.030	33.307	16.030
Trabalhista	9.347	2.657	9.347	2.657
Tributária	3.928	2.034	3.927	2.034
	<u>46.564</u>	<u>20.721</u>	<u>46.581</u>	<u>20.721</u>

A Companhia, em razão de decisão intempestiva e unilateral por parte do fornecedor SC Gás, na suspensão do desconto do valor mensal do gás contratado, benefício intitulado de plano de fidelização, ingressou na justiça, postulando a manutenção do mencionado benefício, tendo sido deferida medida liminar para que os valores referentes ao desconto fossem depositados em juízo. Razão pela qual o saldo de depósito judicial cível apresenta aproximadamente R\$ 33 milhões.

## 14 Recebíveis da Eletrobrás

A Companhia moveu ação contra a Centrais Elétricas Brasileira S/A - Eletrobrás visando o ressarcimento do empréstimo compulsório pago através das faturas de energia elétrica entre os anos de 1977 e 1993, com base na Lei 4.156/62.

Em 16 de dezembro de 2005 esta ação foi julgada procedente e em fevereiro de 2006 a Companhia promoveu a ação de execução. Nesta ocasião, a Eletrobrás e União Federal embargaram o processo, reconhecendo como parcela incontroversa o valor de R\$ 6.286 (valores de 01 de março de 2008), representados (i) por meio de depósito bancário no valor de R\$ 4.964, em 01 de abril de 2008 e (ii) pela transferência de 61.209 ações preferenciais nominativas classe "B" da Eletrobrás que foram vendidas em 13 de agosto de 2008 por R\$ 1.597.

A Justiça Federal determinou que o núcleo de contabilidade apurasse o valor remanescente devido à Companhia. A contabilidade apurou então o valor de R\$ 12.064 em 01 de fevereiro de 2006. A Companhia reconheceu o valor apurado pela perícia judicial e mantém estes valores atualizados pelo INPC acrescido de 12% ao ano. Em 30 de setembro de 2010, o saldo remanescente era de R\$ 15.613 antes da atualização.

Submetido o cálculo à revisão, a contabilidade da Justiça Federal apresentou novos valores, apurando como 'condenação líquida' o valor de R\$ 24.749. Em setembro de 2010 a Companhia reconheceu a diferença entre os valores apurados anteriormente e o cálculo atual da contabilidade da Justiça Federal no montante de R\$ 9.136, registrada sob rubrica "Outras receitas operacionais".

Em 01 de agosto de 2014, a contabilidade da Justiça Federal condenou a Eletrobrás ao pagamento do montante apurado pela perícia, no total de R\$ 35.395, mas com data base de agosto de 2013. A partir dessa liquidação por arbitramento, a Portobello interpôs agravo de instrumento contra a decisão proferida nesses autos, requerendo que os cálculos fossem retificados e que fossem estabelecidos critérios a serem adotados na quantificação do valor da condenação, em virtude das divergências entre as partes. Baseada nessa situação, a Companhia decidiu de forma conservadora, interromper a atualização do ativo momentaneamente, até que se tenha nova decisão do valor e dos critérios utilizados neste processo.

O valor do ativo atualizado pela Companhia até de 30 de julho de 2014 é de R\$ 48.621 (R\$ 43.555 em 31 de dezembro de 2013). Importa dizer que o valor apurado pela perícia é com data-base agosto de 2013, enquanto que o valor atualizado pela Companhia conforme mencionado anteriormente, está atualizado até julho de 2014.

## 15 Imposto de renda e contribuição social

### a) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social a recuperar e a recolher têm a seguinte composição:

	Ativo Circulante				Passivo Circulante			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Imposto de renda	-	7.156	406	7.565	(5.490)	-	(6.103)	(339)
Contribuição social	-	3.366	46	3.413	(1.961)	-	(2.169)	(122)
	-	10.522	452	10.978	(7.451)	-	(8.272)	(461)



Os impostos são apresentados líquidos, no ativo ou passivo, caso haja direito legal de compensar ativos e passivos fiscais correntes.

## b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do tributo sobre ativos e passivos e os valores contábeis das Demonstrações Contábeis Intermediárias. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos para controladora e consolidado são os seguintes:

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Ativo	17.133	12.198
Base negativa de CSLL	-	160
Diferenças temporárias	17.133	12.038
Portobello previdência	(1.725)	(2.381)
Provisão para ajuste a valor de mercado	2.209	1.553
Provisão para contingências	8.470	6.966
Provisão para PIS e COFINS c/ base reduzida do ICMS	494	-
Provisão participação nos lucros e incentivo de longo prazo	5.284	4.025
Outras diferenças temporárias ativas	2.401	1.875
Passivo	(47.317)	(41.352)
Diferenças temporárias	(47.317)	(41.352)
Realização da reserva de reavaliação	(20.326)	(17.396)
Recebíveis da Eletrobrás	(16.531)	(14.809)
Contingência ativa - crédito prêmio IPI - fase II	(5.231)	(4.725)
Ajuste a valor presente	(2.803)	(1.713)
Ajuste de depreciação (pela vida útil dos bens)	(4.742)	(4.464)
Variações cambiais pelo regime de caixa	2.316	1.755
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Líquido	(30.184)	(29.154)

A movimentação líquida em 31 de dezembro de 2014 da conta de imposto de renda e contribuição social diferidos é a seguinte:

	Controladora e Consolidado
Em 31 de dezembro de 2013	(29.154)
Base negativa da CSLL	(160)
Diferenças temporárias ativas	5.095
Diferenças temporárias passivas	(3.035)
Reserva de reavaliação	(2.930)
Em 31 de dezembro de 2014	(30.184)

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos para controladora e consolidado é a seguinte:

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Ativo de imposto diferido debitado (creditado) ao resultado		
Base negativa de CSLL	(160)	160
Portobello previdência	656	(2.135)
Provisão para ajuste a valor de mercado	656	(824)
Provisão para contingências	1.504	840
Provisão para PIS e COFINS c/ base reduzida do ICMS	494	(11.171)
Provisão participação nos lucros e incentivo de longo prazo	1.259	1.510
Outras diferenças temporárias ativas	526	(1.049)
	<u>4.935</u>	<u>(12.669)</u>
Realização da reserva de reavaliação	(2.930)	537
Recebíveis da Eletrobrás	(1.722)	(2.291)
Contingência ativa - crédito prêmio IPI - fase II	(506)	(349)
Ajuste a valor presente	(1.090)	(340)
Ajuste de depreciação (pela vida útil dos bens)	(278)	175
Variações cambiais pelo regime de caixa	561	2.092
	<u>(5.965)</u>	<u>(176)</u>
	<u>(1.030)</u>	<u>(12.845)</u>

A Companhia não possui créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos resultantes de prejuízos fiscais não reconhecidos. Em 2014 a Companhia adquiriu créditos de sua controlada para quitar parte de um parcelamento tributário, no montante de R\$ 2.083, conforme detalhado na nota explicativa 23a). A diferença ocorrida entre a variação dos saldos de tributos diferidos no Balanço Patrimonial do exercício citado e os valores contabilizados como tributos diferidos no resultado, refere-se ao referido pagamento.

### c) Imposto de renda e contribuição social, resultado

As despesas com imposto de renda e contribuição social são apresentadas conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Lucro antes do imposto	121.689	111.298	129.618	119.124
Imposto calculado com base em alíquotas de impostos locais	(41.374)	(37.843)	(44.070)	(41.512)
Resultado de subsidiárias por equivalência patrimonial	7.275	4.528	-	-
Despesas não dedutíveis para fins de impostos	5.255	3.786	5.222	3.753
Depreciação de ativos reavaliados	(534)	(537)	(534)	(537)
Créditos tributários s/ prejuízos fiscais e diferenças temporárias	(1.282)	21.211	(1.180)	21.705
Imposto corrente sobre o lucro do exercício	(30.660)	(8.855)	(40.562)	(16.591)
Constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos	2.435	(11.947)	4.518	(11.947)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	<u>(28.225)</u>	<u>(20.802)</u>	<u>(36.044)</u>	<u>(28.538)</u>
Alíquota efetiva	23,2%	18,7%	27,8%	24,0%

## 16 Ativo tributário

A Companhia possui processo judicial requerendo o reconhecimento de benefícios fiscais intitulados 'crédito-prêmio do IPI', em diferentes períodos de apuração. O processo nº 1987.0000.645-9 referente ao período de 01 de abril de 1981 a 30 de abril de 1985, já tendo decisão favorável à Companhia, encontra-se em fase de liquidação de sentença com os valores já apurados pela contadoria da Justiça Federal. A Companhia tem expectativa de realização deste ativo em médio prazo. Desta forma, a Companhia reconheceu em novembro de 2009 o valor incontroverso que atualizado até 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 15.386 (R\$ 13.896 em 31 de dezembro de 2013).

## 17 Ativos contingentes

Os ativos contingentes referem-se aos processos judiciais de nºs 1998.34.00.029022-4 e 1984.00.020114-0 e também tratam do reconhecimento de benefícios fiscais intitulados 'crédito-prêmio do IPI'. Estes processos encontram-se em fases de liquidação de sentença. Todavia, os valores devidos pela União Federal ainda não foram apurados pela Justiça Federal e ainda não podem e não foram reconhecidos como ativos. Entretanto, a Companhia solicitou cálculo dos advogados da causa, que estimam créditos líquidos de provisões atualizados até dezembro de 2009 nos montantes de R\$ 54.605 e R\$ 1.848, respectivamente.

## 18 Investimentos

### a) Participação em controladas

A Companhia é controladora de cinco empresas e os investimentos estão registrados no ativo não circulante sob a rubrica "Participação em controladas" e no passivo como "Provisão para perda em investimentos".

	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Percentual de participação	31 de dezembro de 2013	Variações cambiais	Integra-lização de capital	Resultado equivalência patrimonial	Dividendos Propostos	31 de dezembro de 2014
Provisão para perdas em investimentos									
Portobello América Inc. (a)	(54.128)	(90)	100%	(47.649)	(6.391)	-	(90)	-	(54.130)
PBTech Ltda.	(4.077)	2.662	99,94%	(6.736)	-	-	2.660	-	(4.076)
Mineração Portobello Ltda.	(286)	560	99,76%	(846)	-	-	559	-	(287)
Companhia Brasileira de Cerâmica S/A	(68)	(117)	98,00%	-	-	49	(115)	-	(66)
				(55.231)	(6.391)	49	3.014	-	(58.559)
Investimentos - Participação em controladas									
Portobello Shop S.A.	480	18.401	99,90%	480	-	-	18.382	(18.382)	480
				480	-	-	18.382	(18.382)	480
Total investimento em controladas				(54.751)	(6.391)	49	21.396	(18.382)	(58.079)

(a) Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia apresenta a provisão para perdas em investimentos da controlada Portobello América Inc. no passivo não circulante. A intenção da Administração é de capitalizar a dívida da controlada.

As controladas são empresas de capital fechado, cuja participação da Controladora nos ativos, passivos e lucro do exercício é a seguinte:

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	País de constituição	Percentual de participação	Ativo	Passivo	Receita	Lucro (prejuízo)
Em 31 de dezembro de 2013						
Portobello América Inc.	Estados Unidos	100,00%	327	47.976	-	(75)
PBTech Ltda.	Brasil	99,94%	1.966	8.704	5.700	(1.810)
Portobello Shop S/A	Brasil	99,90%	8.775	8.295	55.255	15.134
Mineração Portobello Ltda.	Brasil	99,76%	891	1.735	2.707	62
Em 31 de dezembro de 2014						
Portobello América Inc.	Estados Unidos	100,00%	281	54.409	-	(90)
PBTech Ltda.	Brasil	99,94%	6.147	10.224	12.381	2.661
Portobello Shop S/A	Brasil	99,90%	17.300	16.820	65.004	18.382
Mineração Portobello Ltda.	Brasil	99,76%	1.408	1.694	3.856	560
Companhia Brasileira de Cerâmica S/A	Brasil	98,00%	162	230	-	(117)

## 19 Imobilizado

### a) Composição

	Taxa média anual de depreciação	Controladora			Consolidado	
		31 de dezembro de 2014			31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2013
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
Terrenos		12.141	-	12.141	12.141	13.062
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	123.906	(22.962)	100.944	99.961	100.844
Máquinas e equipamentos	7%	374.572	(239.564)	135.008	139.409	135.008
Móveis e utensílios	10%	8.823	(7.805)	1.018	960	1.041
Computadores	20%	14.841	(12.980)	1.861	1.702	1.891
Outras imobilizações	20%	208	(167)	41	15	1.973
Imobilizações em andamento (a)		136.438	-	136.438	10.236	138.766
		670.929	(283.478)	387.451	264.424	392.585
						265.572

(a) O saldo de imobilizações em andamento é composto substancialmente pela construção da planta fabril em Alagoas, sendo que esta representa 97% do total de imobilização em andamento.

Em 2010, quando da adoção inicial das normas internacionais CPC 37 e IFRS 1, bem como, da adoção do CPC 43 e ICPC 10, a Companhia adotou a opção de utilizar a reavaliação do imobilizado efetuada em 2006 como custo atribuído, por entender que a mesma representava substancialmente o valor justo na data de transição, (vide nota explicativa nº 31g).

Conforme previsto na Interpretação Técnica ICPC 10 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovada pela Deliberação CVM nº 619/09 e vigente a partir de 01/01/09, a Companhia revisou e alterou a vida útil econômica dos bens de seus ativos imobilizados em 2008, com base no Laudo Técnico emitido pelos Engenheiros da Companhia, e desde então, periodicamente faz revisões das taxas, e a ultima alteração foi realizada em 2013.

**b) Movimentação do imobilizado**

	Controladora								
	31 de dezembro de 2012	Adições	Transfe-rências	Depre-ciação	31 de dezembro de 2013	Adições	Transfe-rências	Depre-ciação	31 de dezembro de 2014
Terrenos	11.111	1.030	-	-	12.141	-	-	-	12.141
Edificações e benfeitorias	82.836	-	20.307	(3.182)	99.961	-	4.815	(3.832)	100.944
Máquinas e equipamentos	78.986	939	72.250	(12.766)	139.409	971	10.656	(16.028)	135.008
Móveis e utensílios	951	229	-	(220)	960	298	-	(240)	1.018
Computadores	1.616	611	-	(525)	1.702	779	-	(620)	1.861
Outras imobilizações	30	-	-	(15)	15	36	-	(10)	41
Imobilizações em andamento	10.311	92.482	(92.557)	-	10.236	141.673	(15.471)	-	136.438
	185.841	95.291	-	(16.708)	264.424	143.757	-	(20.730)	387.451

  

	Consolidado								
	31 de dezembro de 2012	Adições	Transfe-rências	Depre-ciação	31 de dezembro de 2013	Adições	Transfe-rências	Depre-ciação	31 de dezembro de 2014
Terrenos	11.488	1.030	-	-	12.518	544	-	-	13.062
Edificações e benfeitorias	82.985	-	20.307	(3.217)	100.075	-	4.815	(4.046)	100.844
Máquinas e equipamentos	78.986	939	72.250	(12.766)	139.409	971	10.656	(16.028)	135.008
Móveis e utensílios	1.061	231	-	(247)	1.045	364	-	(262)	1.041
Computadores	1.668	617	-	(538)	1.747	782	-	(633)	1.891
Outras imobilizações	89	-	466	(15)	540	270	1.173	(10)	1.973
Imobilizações em andamento	10.779	92.482	(93.023)	-	10.238	145.172	(16.644)	-	138.766
	187.056	95.299	-	(16.783)	265.572	148.103	-	(20.979)	392.585

Os montantes de depreciação foram registrados como custo dos produtos vendidos, despesas comerciais e despesas administrativas conforme seguem:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Custo dos produtos vendidos	18.348	14.987	18.348	14.987
Despesa comercial	1.685	1.167	1.914	1.220
Despesa administrativa	697	554	717	576
	20.730	16.708	20.979	16.783

**20 Intangível****a) Composição**

	Taxa média anual de amortização	Controladora			Consolidado		
		31 de dezembro de 2014			31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
Softwares	20%	12.358	(12.219)	139	208	139	208
Direito de exploração de jazidas	20%	1.000	(950)	50	250	494	746
Marcas e patentes	-	150	-	150	150	150	150
Fundo de comércio	-	-	-	-	-	4.240	190
Softwares em desenvolvimento	-	2.803	-	2.803	-	2.803	-
Sistema de gestão (a)	21%	18.887	(5.392)	13.495	17.450	13.495	17.450
		35.198	(18.561)	16.637	18.058	21.321	18.744

(a) Gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial, representados substancialmente pelos sistemas Oracle, WMS e Demantra e *Inventory Optimization* e pelos desenvolvimentos realizados no processo de gestão da cadeia de valor.

**b) Movimentação do intangível**

	Controladora						
	31 de dezembro de 2012	Adições	Amortizações	31 de dezembro de 2013	Adições	Amortizações	31 de dezembro de 2014
Softwares	311	-	(103)	208	-	(69)	139
Direito exploração de jazidas	450	-	(200)	250	-	(200)	50
Marcas e patentes	150	-	-	150	-	-	150
Softwares em desenvolvimento	-	-	-	-	2.803	-	2.803
Sistema de gestão	14.209	4.666	(1.425)	17.450	-	(3.955)	13.495
	15.120	4.666	(1.728)	18.058	2.803	(4.224)	16.637

  

	Consolidado							
	31 de dezembro de 2012	Adições	Amortizações	Baixas	31 de dezembro de 2013	Adições	Amortizações	31 de dezembro de 2014
Softwares	311	-	(103)	-	208	-	(69)	139
Direito exploração de jazidas	457	511	(222)	-	746	-	(252)	494
Marcas e patentes	152	-	-	(2)	150	-	-	150
Fundo de comércio	190	-	-	-	190	4.130	-	4.240
Softwares em desenvolvimento	-	-	-	-	-	2.803	-	2.803
Sistema de gestão	14.209	4.666	(1.425)	-	17.450	-	(3.955)	13.495
	15.319	5.177	(1.750)	(2)	18.744	6.933	(4.276)	21.321

Os montantes de amortização foram registrados como custo dos produtos vendidos, despesas comerciais e despesas administrativas conforme seguem:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Custo dos produtos vendidos	438	420	490	440
Despesa comercial	2.816	781	2.816	781
Despesa administrativa	970	527	970	529
	4.224	1.728	4.276	1.750

**c) Plano para amortização do Intangível Consolidado:**

	2015	2016	2017	2018	Total
Softwares	50	40	39	10	139
Direito de exploração de jazidas	161	111	111	111	494
Sistema de gestão	3.954	3.949	3.673	1.919	13.495
	4.165	4.100	3.823	2.040	14.128

Os itens marcas e patentes, fundo de comércio e softwares em desenvolvimento no total de R\$ 7.193 não sofrem amortização devido a sua vida útil indefinida. Porém estão sujeitos a *impairment*, conforme descrito nas principais políticas contábeis, divulgados nas demonstrações financeiras do encerramento do exercício.

**21 Fornecedores**

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Mercado interno	104.210	111.606	105.001	113.007
Mercado externo	45.529	40.915	45.529	40.915
Decomposição do valor nominal ao valor presente	(157)	(80)	(157)	(80)
Circulante	149.582	152.441	150.373	153.842
Mercado interno (a)	33.287	15.966	33.287	15.966
Não circulante	33.287	15.966	33.287	15.966
	182.869	168.407	183.660	169.808

(a) Provisão para pagamento ao fornecedor de gás decorrente do assunto mencionado na nota explicativa nº 13

## 22 Empréstimos e financiamentos

	Moeda	Vencimentos	Encargos	Controladora		Consolidado		
				31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	
Circulante								
Capital de giro (a)	R\$	Jun/2015	12,84%	a.a. <sup>1</sup>	3.447	9.872	3.447	9.872
Arrendamento financeiro (b)	R\$	Jul/2015	9,57%	a.a. <sup>1</sup>	476	1.007	476	1.007
Banco do Nordeste S.A ( c)	R\$	Jun/2025	3,00%	a.a.	1.468	-	1.468	-
Exim Pré-embarque TJ 462 (d)	R\$	Ago/2015	8,00%	a.a. <sup>1</sup>	30.103	20.335	30.103	20.335
BNDES (e)	R\$	Mar/2016	8,45%	a.a. <sup>1</sup>	15.582	15.168	15.582	15.168
Lei nº 4.131 (f) - (nota 7)	R\$	Dez/2017	1,60%	a.a + CDI	14.589	7.497	14.589	7.497
NCE (g)	R\$	Dez/2017	12,50%	a.a. <sup>1</sup>	47.237	20.584	47.237	20.584
Pré-pagamento (h)	US\$	Mai/2018	4,61%	a.a. <sup>1</sup> +VC+Libor	3.338	1.481	3.338	1.481
PRODEC (i)	R\$	Set/2018	4,00%	a.a.	7.486	5.632	7.486	5.632
FINEP (j)	R\$	Mai/2021	5,55%	a.a. <sup>1</sup>	5.215	5.204	5.215	5.204
DEG (k)	US\$	Out/2021	4,80%	a.a.+VC+Libor	524	-	524	-
FINAME (l)	R\$	Ago/2023	3,00%	a.a. <sup>1</sup>	174	11	174	11
ACC (m)	US\$	Dez/2015	1,50%	a.a.+VC	37.306	-	37.306	-
NCE (n)	US\$	Nov/2017	12,61%	a.a. <sup>1</sup>	5.777	-	5.777	-
FINIMP e "Suppliers credit"	US\$				-	4.277	-	4.277
Total do circulante			8,36% a.a. <sup>1</sup>		172.722	91.068	172.722	91.068
Total moeda nacional					125.777	85.310	125.777	85.310
Total moeda estrangeira					46.945	5.758	46.945	5.758
Não circulante								
Capital de giro (a)	R\$	Jun/2015	12,84%	a.a. <sup>1</sup>	-	-	1.001	966
Arrendamento financeiro (b)	R\$	Jul/2015	9,57%	a.a. <sup>1</sup>	-	476	-	476
Banco do Nordeste S.A ( c)	R\$	Jun/2025	3,00%	a.a.	27.760	-	27.760	-
Exim Pré-embarque TJ 462 (d)	R\$	Ago/2015	8,00%	a.a. <sup>1</sup>	-	30.000	-	30.000
BNDES (e)	R\$	Mar/2016	8,45%	a.a. <sup>1</sup>	2.083	17.083	2.083	17.083
Lei nº 4.131 (f) - (nota 7)	R\$	Dez/2017	1,60%	a.a + CDI	28.571	42.857	28.571	42.857
NCE (g)	R\$	Dez/2017	12,50%	a.a. <sup>1</sup>	61.017	48.000	61.017	48.000
Pré-pagamento (h)	US\$	Mai/2018	4,61%	a.a. <sup>1</sup> +VC+Libor	8.301	10.249	8.301	10.249
PRODEC (i)	R\$	Set/2018	4,00%	a.a.	34.738	26.128	34.738	26.128
FINEP (j)	R\$	Mai/2021	5,55%	a.a. <sup>1</sup>	26.794	19.318	26.794	19.318
DEG (k)	US\$	Out/2021	4,80%	a.a.+VC+Libor	47.812	-	47.812	-
FINAME (l)	R\$	Ago/2023	3,00%	a.a. <sup>1</sup>	3.186	5.445	3.186	5.445
NCE (n)	US\$	Nov/2017	12,61%	a.a. <sup>1</sup>	33.383	-	33.383	-
"Suppliers credit"	US\$				-	1.544	-	1.544
Total do não circulante			8,12% a.a. <sup>1</sup>		273.645	201.100	274.646	202.066
Total moeda nacional					184.149	189.307	185.150	190.273
Total moeda estrangeira					89.496	11.793	89.496	11.793
Total Geral			8,21% a.a. <sup>1</sup>		446.367	292.168	447.368	293.134
Total moeda nacional					309.926	274.617	310.927	275.583
Total moeda estrangeira					136.441	17.551	136.441	17.551

<sup>1</sup> Taxa média ponderada

VC - Variação Cambial

CDI - Certificados de Depósito Interbancário

LIBOR - London Interbank Offered Rate

**a) Capital de Giro** – contrato de capital de giro celebrado em maio de 2014, no valor de R\$ 4 milhões, com vencimento em 13 parcelas mensais, sendo a primeira em julho de 2014. Para esse contrato foram dados como garantias recebíveis da Portobello S.A, no valor de 25% sobre o saldo devedor do contrato.

**b) Arrendamento Financeiro** – contratos celebrados em:

(i) maio de 2012 junto ao SG Equipment Finance S.A. no valor de R\$ 2,5 milhões, com prazo de 36 meses; e

(ii) julho de 2012, junto a HP Hewlett Packard no valor de R\$ 450 mil com prazo de 36 meses. Para ambos os contratos foram dados como garantias os bens financiados.



**c) Banco Nordeste S.A.** – contrato celebrado em junho de 2013, no valor de R\$ 147,7 milhões. A primeira parte do financiamento foi liberada pelo Banco em agosto de 2014 no valor de R\$ 29,2 milhões. O contrato possui vencimento em 8 anos com 2 anos de carência, sendo a primeira parcela de principal a ser paga em julho de 2015. Para esse contrato foram dados como garantias, hipoteca de imóveis e máquinas e equipamentos.

**d) Exim Pré-Embarque** – contratos celebrados em:

(i) agosto de 2013 no montante de R\$ 30 milhões, com vencimento em 12 parcelas mensais, sendo a primeira em setembro de 2014 - como garantias foram dados recebíveis da Portobello S.A, no valor de 20% sobre o saldo devedor do contrato; e

(ii) setembro de 2013, no valor de R\$ 20 milhões, com vencimento em 18 parcelas mensais, sendo a primeira em abril de 2014 - como garantia foram dados 100% penhor mercantil e hipoteca de imóveis da Portobello S.A.

**e) BNDES (Progeren)** – contrato celebrado em:

(i) janeiro de 2013, no valor de R\$ 20 milhões com um ano de carência e 24 parcelas mensais e sucessivas (sem cláusulas restritivas, sem garantias); e

(ii) março de 2013, no valor de R\$ 10 milhões também com um ano de carência e 24 parcelas mensais e sucessivas (sem cláusulas restritivas, mas foram dados recebíveis da Portobello S.A no valor de 40% sobre o saldo devedor do contrato, como garantias).

**f) Lei nº 4.131 (Trade Exportador com Swap para CDI)** – contrato celebrado em dezembro de 2012 no valor de R\$ 50 milhões, com prazo de pagamento em 60 meses e carência de 24 meses. As amortizações são semestrais e como garantias foram dados recebíveis da Portobello S.A no valor de 50% do saldo devedor do contrato.

**g) NCE (Nota de Crédito de Exportação)** – contratos celebrados em:

(i) janeiro de 2013 - valor de R\$ 20 milhões, vencimento em 7 parcelas semestrais, a primeira em janeiro de 2015 (garantias: recebíveis da Portobello S.A no valor de 50% sobre o saldo devedor do contrato);

(ii) abril de 2013 - valor de R\$ 30 milhões, vencimento em 5 parcelas semestrais (abril, outubro de 2014 e 2015 e abril de 2016) (garantias: recebíveis da Portobello S.A no valor de 20% sobre o saldo devedor do contrato);

(iii) março de 2014, no valor de R\$ 28,3 milhões, com vencimento em 36 parcelas mensais, sendo a primeira em abril de 2014 (garantias: recebíveis da Portobello S.A, no valor de 50% sobre o saldo devedor do contrato);

(iv) abril de 2014, no valor de R\$ 15 milhões, com vencimento em 35 parcelas mensais, sendo a primeira em maio de 2014 (garantias: recebíveis da Portobello S.A, no valor de 50% sobre o saldo devedor do contrato); e

(v) maio de 2014, no valor de R\$ 15 milhões, com vencimento em 35 parcelas mensais, sendo a primeira em junho de 2014 (garantias: recebíveis da Portobello S.A, no valor de 25% sobre o saldo devedor do contrato).

(vi) setembro de 2014, no valor de R\$ 10 milhões, com vencimento do principal em setembro de 2017 (sem cláusulas restritivas, operação *clean* no que se refere à garantias).

**h) Pré-pagamento** - contratos celebrados em:

(i) junho de 2013, no valor de U\$ 5.000, vencimento do principal em 16 parcelas e juros em 20 parcelas trimestrais sendo a primeira em setembro de 2013 - como garantia foram dados 100% penhor mercantil.

**i) PRODEC** (Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense) - Regime Especial do Estado de Santa Catarina obtido em julho de 2009. O saldo está sujeito ao ajuste ao valor presente sendo que a taxa utilizada para fins de cálculo é a média do capital de giro circulante (12,58% ao ano). O valor diferido é 60% do saldo do imposto gerado no mês que exceder R\$ 761 (média do imposto pago

---

no ano de 2007 e 2008), com carência de 48 meses, prazo de 120 meses e atualização monetária de 4% ao ano e variação da UFIR.

**j) FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos)** – contrato celebrado em:

(i) maio de 2010 no valor de até R\$ 30 milhões, com juros de 5% ao ano e prazo de 80 meses, sendo 20 meses de carência. A primeira parcela no montante de R\$ 13 milhões foi totalmente liberada em setembro de 2010 e a segunda parcela, no montante de R\$ 5.572, foi liberada em dezembro de 2012.

(ii) julho de 2014 no valor de R\$ 57,3 milhões com juros de 4% ao ano e prazo de 82 meses, sendo 21 meses de carência. A primeira parcela no montante de R\$ 12,6 milhões foi totalmente liberada em julho de 2014.

Para ambos os contratos foi necessária a apresentação de uma carta de fiança bancária ao custo de 0,95% ao ano.

**k) DEG - Deutsche Investitions** – contrato celebrado em maio de 2014, no valor de R\$ 40,3 milhões, com vencimento em 12 parcelas semestrais, sendo o vencimento da primeira parcela de principal em abril de 2016. Para esse contrato foram dados como garantias máquinas e equipamentos e notas promissórias. Este contrato possui cláusulas de *covenants*, e em 31 de dezembro de 2014 todos os *covenants* estão sendo atendidos.

**l) FINAME** (cédula de crédito industrial) - contratos celebrados em:

(i) maio de 2013 a setembro de 2013 no valor de R\$ 5,5 milhões com vencimento em 96 parcelas mensais e carência de 24 meses;

(ii) janeiro de 2014 no valor de R\$ 577 mil, com vencimento em 96 parcelas mensais e carência de 17 meses. Como garantia foram dados os equipamentos financiados.

**m) ACC (Adiantamento de contrato de câmbio)** – contratos celebrados em dezembro de 2014, nos montantes de R\$ 17,5 milhões com vencimento em 180 dias; e de R\$ 19,9 milhões com vencimento em 360 dias, ambos os contratos apresentam garantias *clean*.

**n) NCE (Nota de Crédito de Exportação em USD com Swap para CDI)** – contrato celebrado em Novembro de 2014, no valor de R\$ 39,8 milhões, com vencimento em 36 parcelas mensais, sendo a primeira parcela de principal em novembro de 2015. Para este contrato foram dados como garantia recebíveis da Portobello S/A, no valor de 15% sobre o saldo devedor do contrato.

Em garantia dos demais empréstimos foram concedidos, principalmente, hipotecas de imóveis, equipamentos, recebíveis da Controladora (nota explicativa nº 8) e de controlada (nota explicativa nº 43), aval dos controladores e de controlada e adicionalmente foram dados em garantia, estoques de produtos acabados no montante de R\$ 30.122.

Os empréstimos de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamentos:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Vencimentos em 1º de janeiro				
2015	-	96.818	-	96.818
2016	108.351	55.933	109.352	55.933
2017	85.030	39.155	85.030	39.155
2018	29.432	6.032	29.432	6.998
2019 a 2025	50.833	3.162	50.833	3.162
	273.645	201.100	274.646	202.066

Os valores contábeis e o valor justo dos empréstimos são apresentados nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Reais	309.926	274.617	310.927	275.583
Euros	-	285	-	285
Dólares dos Estados Unidos	136.441	17.266	136.441	17.266
	<u>446.367</u>	<u>292.168</u>	<u>447.368</u>	<u>293.134</u>

O valor justo dos empréstimos atuais não possui diferenças significativas em relação ao seu valor contábil, uma vez que os valores contábeis estão registrados ao custo amortizado e atualizados *pró-rata*.

As obrigações de arrendamento financeiro para a controladora e consolidado estão descritas conforme abaixo:

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Arrendamento financeiro		
Obrigações brutas (pagamentos mínimos)		
Menos de um ano	856	1.101
Mais de um ano e menos de cinco anos	-	492
Total	<u>856</u>	<u>1.593</u>
Encargos de financiamento futuros	<u>(380)</u>	<u>(110)</u>
Valor presente das obrigações	<u>476</u>	<u>1.483</u>
Valor presente das obrigações		
Menos de um ano	476	1.007
Mais de um ano e menos de cinco anos	-	476
Total	<u>476</u>	<u>1.483</u>

## 23 Parcelamento de obrigações tributárias

	Obrigações fiscais	Pedido de parcelamento		31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
		Data	Parcelas a vencer		
Portobello S.A.	LEI 11.941/09 (a)	Nov/09	118	84.187	109.974
	Outros			-	5.782
Total Controladora				<u>84.187</u>	<u>115.756</u>
Portobello Shop S.A.	LEI 11.941/09 (a)	Nov/09	118	573	588
	Outros			-	352
Total Controlada				<u>573</u>	<u>940</u>
Total Consolidado				<u>84.760</u>	<u>116.696</u>

O cronograma de pagamentos para os parcelamentos é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Vencimento				
2014	-	17.674	-	18.080
2015 a 2023 (*)	77.028	89.765	77.550	90.251
2024	7.159	8.317	7.210	8.365
	84.187	115.756	84.760	116.696
Circulante	8.300	17.674	8.358	18.080
Não circulante	75.887	98.082	76.402	98.616

(\*) De 2015 a 2023 as parcelas anuais serão de R\$ 8.559 e R\$ 9.974 para a Controladora e R\$ 8.617 e R\$ 10.028 para o Consolidado.

**a) Lei nº 11.941/09 (REFIS - Programa de Recuperação Fiscal)**

Nos meses de maio e junho de 2011 a Companhia concluiu o processo de consolidação do parcelamento instituído pela Lei 11.941/09, iniciado com a adesão ao Programa de Recuperação Fiscal, em Novembro de 2009.

Entre a adesão e a Consolidação a Companhia efetuou o recolhimento da parcela mínima de R\$ 395 conforme facultou a legislação. Durante esse período e mais precisamente na consolidação, tomou decisões que refletiram num ajuste econômico positivo de R\$ 3.013, sendo R\$ 3.613 de impacto em outras receitas operacionais e R\$ 600 em despesa financeira. O principal reflexo ocorreu em função da não confirmação da migração de débitos indeferidos no parcelamento da MP 470 para o parcelamento da Lei 11.941/09 (vide nota explicativa nº 24).

Concluída a consolidação, a Companhia obriga-se ao pagamento das parcelas mensais de R\$ 720 sem atraso superior a três meses, bem como efetivou a desistência das ações judiciais e renuncia a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda as referidas ações, sob pena de imediata rescisão do parcelamento, e consequentemente perda dos benefícios instituídos pela Lei 11.941/09. Estas desistências de ações contra autuações não prejudicam o prosseguimento dos processos em curso na Justiça, referidos nas notas explicativas nº 16 e nº 17.

**b) Lei nº 13.043/14 (REFIS - Programa de Parcelamento de Débitos Federais)**

Em 28 de novembro de 2014, a Companhia aderiu ao artigo 33 da Lei 13.043/2014, que permite a quitação de parcelamentos da Companhia com utilização de prejuízos fiscais de empresa controlada. A opção implica o pagamento em espécie equivalente a, no mínimo, 30% do saldo do parcelamento. Do montante total da adesão, R\$ 1.299 foi pago em espécie e o restante do valor R\$ 2.084 foi liquidado com os créditos de prejuízos fiscais da empresa PBTech.

O montante das dividas tributárias que havia sido parcelado em 2009 referia-se a débitos previdenciários e o saldo parcelado era de R\$ 3.383 no momento da quitação. O mesmo estava registrado no passivo da controladora.

Pela adesão, as dívidas tributárias foram liquidadas conforme tabela abaixo:

	Controladora
Montante das dívidas incluídas no REFIS	3.383
Pagamento em dinheiro	(1.299)
Prejuízos fiscais utilizados	(2.084)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-

A adesão ao REFIS teve um efeito de R\$ 2.084 nos resultados do consolidado, referentes ao reconhecimento de ativos fiscais diferidos anteriormente não reconhecidos registrados no grupo de imposto de renda e contribuição social.

## **24 Débitos Tributários Lei nº 12.249/10 (MP 470 e MP 472)**

Em novembro de 2009 a Companhia aderiu ao parcelamento previsto pela MP 470 (aproveitamento indevido de crédito prêmio de IPI), junto à SRF e PGFN. Nesta adesão, além do parcelamento houve a redução dos encargos e a Companhia pode utilizar créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais até 2008, para pagamento dos débitos.

Quando da conversão desta Medida Provisória (Lei nº 12.249/10) em junho de 2010 ficou autorizado à utilização de créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais existentes em 31 de dezembro de 2009. A Companhia fez uso deste benefício e registrou no segundo trimestre de 2010 R\$ 3.252 considerando o parcelamento liquidado.

A PGFN indeferiu parcialmente o pedido em junho de 2010 alegando a necessidade de desistência das ações judiciais que contestavam o crédito, bem como aduziu que não fora preenchido o requisito do “aproveitamento indevido”. A Companhia manifestou-se no sentido de requerer a desistência/renúncia apenas das ações judiciais que contestavam as autuações recebidas da SRF. Todavia, entendeu a Douta Procuradoria Regional da Fazenda Nacional de Santa Catarina que a desistência/renúncia devia também alcançar as ações declaratórias que objetivam o reconhecimento do Crédito Prêmio de IPI, referidas nas notas explicativas nº 16 e nº 17. O Departamento Jurídico da Companhia está adotando as medidas necessárias contra a decisão da PGFN com o propósito de afastar a exigência da desistência/renúncia de ditas ações declaratórias como também a comprovação do “aproveitamento indevido”, manifestamente reconhecido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil em sede de lançamento. Este procedimento deliberado pela Administração é secundado por parecer do escritório Demarest Almeida, o qual defende que, para os débitos incluídos no parcelamento da Lei 12.249/10, não é exigível a desistência das ações declaratórias supracitadas, diferentemente do disposto na Lei 11.941/09. Desta forma sustenta que é praticamente certo reverter esta situação perseguindo as diversas instâncias judiciais para, no mérito, afastar os fundamentos do indeferimento. A título de esclarecimento, o mandado de segurança impetrado para buscar a homologação judicial do parcelamento foi denegado em primeira instância. Em sede recursal, o TRF da 4ª Região deu parcial provimento ao recurso. A Companhia mantém o pronunciamento de reverter a questão jurídica remanescente no Superior Tribunal de Justiça.

Na hipótese remota de manter-se a decisão da PGFN até a última instância, o impacto no resultado da Companhia seria de uma perda de R\$ 17.272 em 31 de dezembro de 2014, considerando a desconfição da dívida, a inexistência dos benefícios e a manutenção dos débitos para a situação de passivo contingente, cujo eventual passivo tributário será satisfeito com os créditos decorrentes do processo nº 1998.34.00.029022-4, conforme destacado na nota explicativa nº 17.

## 25 Impostos, taxas e contribuições

Em 31 de dezembro de 2014 os impostos, taxas e contribuições registradas no passivo circulante estavam classificadas conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
IRRF	1.747	1.065	1.997	1.123
ICMS	6.176	3.885	6.166	3.889
PIS/COFINS	169	1.562	739	1.899
Outros	366	229	535	401
	8.458	6.741	9.437	7.312

## 26 Provisões para contingências

A Companhia e suas controladas figuram como parte em ações judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária, e em processos administrativos de natureza tributária. Apoiada na opinião de seus consultores jurídicos e legais, a Administração acredita que o saldo das provisões é suficiente para cobrir os gastos necessários para liquidar as obrigações.

A abertura do saldo das provisões pode ser assim apresentada:

Montante provisionado	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Cíveis	6.321	4.671	6.388	4.727
Trabalhistas	17.322	13.511	17.322	13.511
Tributárias	4.020	2.305	4.020	2.305
	27.663	20.487	27.730	20.543
Circulante	17.925	14.600	17.966	14.635
Não Circulante	9.738	5.887	9.764	5.908

As contingências classificadas no circulante são provenientes de análise jurídica e que tem expectativa de realização menor que 12 meses.

As provisões são mensuradas pela estimativa dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação. E os processos cíveis e trabalhistas são avaliados individualmente pelos consultores jurídicos da Companhia que os classificam de acordo com as expectativas de êxito das causas.

Demonstrativo da movimentação das provisões:

	Controladora			Total
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	
Em 31 de dezembro de 2013	4.671	13.511	2.305	20.487
Debitado (creditado) à demonstração do resultado:	2.260	4.558	1.715	8.533
Provisões adicionais	1.559	2.512	1.715	5.786
Reversões por não utilização	(91)	(383)	-	(474)
Atualização monetária (nota 35)	792	2.429	-	3.221
Reversões por realização	(610)	(747)	-	(1.357)
Em 31 de dezembro de 2014	6.321	17.322	4.020	27.663

	Consolidado			Total
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	
Em 31 de dezembro de 2013	4.727	13.511	2.305	20.543
Debitado (creditado) à demonstração do resultado:	2.275	4.558	1.715	8.548
Provisões adicionais	1.569	2.512	1.715	5.796
Reversões por não utilização	(91)	(383)	-	(474)
Atualização monetária (nota 35)	797	2.429	-	3.226
Reversões por realização	(614)	(747)	-	(1.361)
Em 31 de dezembro de 2014	6.388	17.322	4.020	27.730

Comentários sobre os processos cíveis, trabalhistas e tributários:

### Cíveis

A Companhia e suas controladas figuram como requeridas em 185 ações cíveis (188 ações em 31 de dezembro de 2013), no âmbito da Justiça Comum e dos Juizados Especiais Cíveis. A maioria das ações é movida por clientes e têm por objeto indenização por alegados danos morais e materiais. Quando aplicável, foram efetuados depósitos judiciais (nota explicativa nº 13).

### Trabalhistas

A Companhia e sua controlada Portobello Shop S.A. figuram como reclamadas em 378 reclamações trabalhistas (355 reclamações em 31 de dezembro de 2013), movidas por ex-funcionários e terceiros. Os pedidos referem-se, preponderantemente, na postulação do adicional de insalubridade, matéria já pacificada no TRT da 12ª Região em favor da Companhia. As demais ações referem-se ao pagamento de verbas rescisórias, adicionais, horas-extras, equiparação salarial e indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente do trabalho/doenças profissionais. As provisões são revisadas pela Administração de acordo com sua consultoria jurídica. Alguns processos estão suportados por depósitos judiciais (nota explicativa nº 13).

Fazem parte ainda das provisões de natureza trabalhista, notificação fiscal sobre contribuição previdenciária devida pela Companhia sobre a remuneração paga aos segurados, contribuição para financiamento dos benefícios em razão da incapacidade laborativa e contribuições destinadas a terceiros (INCRA e SEBRAE), acrescidos de juros moratórios e multa.

### Tributárias - INSS sobre Cooperativas

Trata-se de ações impetradas pela Companhia (mandado de segurança) contra o Instituto Nacional do Seguro Social, o qual exigiu o recolhimento da contribuição previdenciária prevista no artigo 22, inc. IV, da Lei nº 8.212/91 com a redação dada pela Lei nº 9.879/99.

A Companhia afirma que no exercício de suas atividades, contrata cooperativas de diversas áreas de trabalho, que lhe prestam serviços especializados, sujeitando ao recolhimento da contribuição, mas entende-se que não há previsão constitucional para sua cobrança, uma vez que ferem os princípios da legalidade, igualdade e da proteção às cooperativas, com base nisso pede-se liminar para que seja declarado o direito de não sujeitar-se ao recolhimento da contribuição previdenciária, bem como de efetuar a compensação de valores que tenha recolhido indevidamente a tal título. O saldo da provisão em 31 de dezembro de 2014 soma R\$ 2.567 (R\$ 2.305 em 31 de dezembro de 2013).

## 27 Ações possíveis de perda

Entende-se que além das provisões reconhecidas contabilmente em suas demonstrações, classificadas como perdas prováveis, existem outras ações cíveis e trabalhistas, que foram classificadas como perdas possíveis e de acordo com a avaliação dos riscos oriundos dos processos mencionados, a Companhia, com base nos seus assessores jurídicos, estima os montantes dos passivos contingentes a seguir apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Cíveis	2.109	1.967	2.353	2.211
Trabalhistas	11.840	12.009	11.840	12.009
	13.949	13.976	14.193	14.220

### a) Processo Administrativo nº 10983.721445/2014-78

Em 08 de dezembro de 2014, a Portobello S/A foi cientificada da lavratura de Autos de Infração que constituíram créditos tributários de IRPJ e CSLL (bem como, penalidades pecuniárias e juros), referentes aos anos-calendários de 2009 a 2013. Segundo defendem as Autoridades Fiscais, a Portobello teria supostamente cometido as seguintes infrações: (a) no ano de 2009, teria supostamente: (a.1) excluído indevidamente receita tributável proveniente de benefícios fiscais; (a.2) deduzido despesas não necessárias, relacionadas a principais de débitos tributários (IPI, PIS e COFINS) que transitaram pelos resultados de exercícios anteriores; (a.3) excluído valores indedutíveis, relacionados a principal de IRPJ e de CSLL; (a.4) excluído indevidamente valores referentes a principais contidos em adições temporárias e que haviam transitado pelos resultados de exercícios anteriores; e (a.5) deduzido despesas não dedutíveis, relacionadas a multa de ofício; (b) nos anos de 2010, 2011 e 2012, teria, supostamente: (b.1) compensado prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL em valores superiores aos apurados; e (b.2) deixado de recolher importâncias de IRPJ e CSLL apuradas por estimativa mensal, o que resultou em multa aplicada isoladamente; e (c) no ano de 2013, teria, supostamente, compensado bases negativas de CSLL em valores superiores aos apurados. Em 06 de janeiro de 2015, a Portobello apresentou Impugnação contra os lançamentos em comento, rechaçando todas as infrações que lhe foram imputadas, de modo que, desde essa data (06 de janeiro de 2015), encontra-se aguardando o julgamento da referida Impugnação, que segundo assessores jurídicos da Companhia tem como desfecho praticamente certo a sua procedência, resultando no cancelamento do Auto de Infração, isto posto, a Companhia entende que a chance de perda é remota, e optou por não registrar o montante de R\$ 73 milhões como passivos potenciais.

## 28 Contas a pagar de investimentos

A Companhia apresenta um saldo de R\$ 21.466 no passivo circulante que se refere aos investimentos que estão sendo realizados com a construção da planta fabril em Alagoas. Este saldo estava classificado na rubrica de fornecedores, e devido a sua materialidade, foi reclassificado para conta específica.



## 29 Benefícios a empregados

### 29.1 Plano de previdência privada

A Companhia e suas controladas desde 1997 patrocinam plano de benefícios intitulado Portobello Prev, administrado pela BB Previdência - Fundo de Pensão Banco do Brasil e conta com 39 participantes. O plano tem a característica de contribuição definida, porém oferece um benefício mínimo de aposentadoria por tempo de serviço ou por idade.

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo das contribuições especiais referentes ao tempo passado, a serem depositadas na conta individual daqueles participantes que satisfizerem às condições estabelecidas no regulamento do plano foi quitado pela utilização do Fundo de Reversão do Plano de Benefícios Portobello Previdência. No decorrer da tomada de decisão sobre essas contribuições extraordinárias referentes ao Tempo de Serviço Passado – TSP, a BB Previdência verificou um excesso de contribuições correspondente aos participantes que se desligaram do Plano. Assim, esses valores foram utilizados como compensação de parcelas dos participantes que permaneceram ativos no plano (com o direito ao recebimento do TSP), reduzindo assim o montante do passivo a integralizar que em 31 de dezembro de 2013 representava R\$ 2.544 e estava provisionado no passivo não circulante.

A avaliação atuarial, atualizada até 31 de dezembro de 2014 para controladora e consolidado, apresenta um superávit R\$ 5.075 (superávit de R\$ 9.547 em 31 de dezembro de 2013), o qual está registrado no ativo não circulante, sob a rubrica de “Ativo atuarial”. Já sob a rubrica de “ajustes de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido, a Companhia registrou perda atuarial de R\$ 6.657 (ganho de R\$ 4.351 em 31 de dezembro de 2013) como outros resultados abrangentes. Os valores reconhecidos no balanço patrimonial estão apresentados na tabela abaixo.

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013		31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Valor justo dos ativos do plano	62.620	56.716	Ganho (perda) nas obrigações atuariais	(6.623)	12.574
Valor presente das obrigações financiadas	(57.545)	(47.169)	Ganho (perda) nos ativos do plano	(33)	(8.223)
Ativo (passivo) atuarial líquido	5.075	9.547	Ganho (perda) atuarial	(6.656)	4.351

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios e da obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

Controladora e Consolidado			Controladora e Consolidado		
Valor justo dos ativos do plano			Obrigação de benefício definido		
Em 31 de dezembro de 2013	56.716	56.984	Em 31 de dezembro de 2013	47.169	53.343
Benefícios pagos no ano	(2.940)	(1.173)	Custo do serviço corrente bruto (com juros)	1.440	1.539
Contribuições participante vertidas no ano	991	921	Juros sobre obrigação atuarial	5.253	6.033
Contribuições patrocinadora vertidas no ano	1.570	1.761	Benefícios pagos no ano	(2.940)	(1.173)
Rendimentos esperados dos ativos no ano	6.316	6.446	Obrigações - (ganho) ou perda	6.623	(12.573)
Ativos - ganho ou (perda)	(33)	(8.223)			
Em 31 de dezembro de 2014	62.620	56.716	Em 31 de dezembro de 2014	57.545	47.169

Os valores reconhecidos nas demonstrações do resultado, sob a rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais”, referente resultado da gestão dos ativos são:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Custo do serviço corrente (com juros)	(1.440)	(1.539)
Juros sobre as obrigações atuariais	(5.253)	(6.033)
Rendimentos esperados dos ativos do plano	6.316	6.445
Contribuições de participantes no ano	991	921
Ganho (perda) atuarial	614	(206)

A Companhia também reconheceu em 31 de dezembro de 2014 uma receita de R\$ 1.570 (R\$ 1.761 em 31 de dezembro de 2013), referente os pagamentos efetuados pela patrocinadora no exercício, com efeito de ativo para fins do plano de benefícios aos empregados (vide nota explicativa 34).

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

Econômicas e financeiras	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Taxa anual de juros	11,14% a.a. nominal (inflação+ 6,35%a.a. real)	11,31% a.a. nominal (inflação+ 6,52%a.a. real)
Rendimentos de longo prazo dos ativos	11,14%	11,31%
Inflação de longo prazo	4,50%	4,50%
Projeção de crescimento salarial	4,50% a.a. (inflação+1% a.a. real)	5,55% a.a. (inflação+1% a.a. real)
Projeção de crescimento dos benefícios do plano	0,00% a.a.	0,00% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (salários)	0,98	0,98
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (benefícios)	0,98	0,98

Biométrica e demográficas	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Hipótese sobre rotatividade	Nula <sup>(1)</sup>	Nula <sup>(1)</sup>
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	EXP. IAPC	EXP. IAPC
Tábua de entrada em invalidez	Hunter Conjugada Álvaro Vindas	Hunter Conjugada Álvaro Vindas
Aposentadoria	Elegibilidade <sup>(2)</sup>	Elegibilidade <sup>(2)</sup>
Composição familiar antes da aposentadoria		
Probabilidade de casados	100% <sup>(3)</sup>	100% <sup>(3)</sup>
Diferença de idade para os participantes ativos	Homem 5 anos mais velho que a mulher	Homem 5 anos mais velho que a mulher
Número de filhos dependentes	- <sup>(4)</sup>	- <sup>(4)</sup>
Idade dos filhos	- <sup>(4)</sup>	- <sup>(4)</sup>
Composição familiar após a aposentadoria	Família real	Família real

<sup>(1)</sup> Hipótese de rotatividade: A rotatividade varia de acordo com o tempo de serviço (TS) e a faixa salarial: 0-10 SM: 0,45 / (TS+1); 10-20 SM: 0,30 / (TS+1); mais de 20 SM: 0,15 / (TS+1), onde SM corresponde ao salário mínimo vigente.

<sup>(2)</sup> Probabilidade de entrada em aposentadoria: 50% na primeira data de elegibilidade a Aposentadoria Antecipada, 10% por ano até a data da primeira elegibilidade a Aposentadoria Normal e 100% na data da primeira elegibilidade à Aposentadoria Normal.

<sup>(3)</sup> Probabilidade de que, na data do óbito, será gerada uma pensão por morte para dependente vitalício.

<sup>(4)</sup> Tendo em vista as disposições regulamentares, considerando-se 100% do benefício como cota familiar, optou-se por não utilizar filhos na família padrão, dada a utilização de dependente vitalício em 100% dos óbitos.

## 29.2 Despesas de benefícios a empregados

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Remuneração	106.240	89.905	114.619	95.704
Benefícios				
Plano de previdência	1.099	996	1.166	1.167
FGTS	8.785	7.198	9.660	7.723
Outros	12.917	9.055	13.465	9.340
Total	129.041	107.154	138.910	113.934

## 30 Incentivo de longo prazo

Diante da perspectiva de criação de valor para negócio foi instituído e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 10 de maio de 2012, o incentivo de longo prazo (ILP). Este consiste em um programa de meritocracia que visa atrair, reter e reconhecer o desempenho dos profissionais atuantes na Companhia, alinhar os interesses dos executivos aos acionistas da Companhia e estimular permanência nos cargos.

São elegíveis ao ILP diretores e gerentes com classificações de desempenho acima da média, conforme política interna de avaliação de performance, e que mediante a assinatura de um contrato de adesão tornam-se participantes do programa.

No contrato de adesão é definido o número de títulos que cada participante receberá. Os títulos são chamados figurativamente de “ações referência” e não são negociados em mercado de balcão. A “valorização” dos títulos anualmente é calculada pelo desempenho do ebitda<sup>1</sup> e da relação entre ebitda e dívida líquida<sup>2</sup>.

O pagamento será feito em três parcelas anuais (2015, 2016, 2017) com diferimento de dois anos no início do período (2013 e 2014). A liquidação será completa após cinco anos do reconhecimento inicial (2017) e a Companhia fará o pagamento, através de valores monetários em valor proporcional aos valores apurados pelas métricas do plano.

O primeiro grupo de participantes aderiu no exercício de 2012 e o valor presente da obrigação em 31 de dezembro de 2014 é R\$ 9.565 na controladora e R\$ 10.249 no consolidado (R\$ 5.868 na controladora e R\$ 6.238 no consolidado em 31 de dezembro de 2013).

<sup>1</sup>lucro antes de juros e despesas financeiras líquidas, impostos, depreciação e amortização

<sup>2</sup> empréstimos e financiamentos somados aos parcelamentos de obrigações tributárias descontados de caixa e equivalentes de caixa, bem como títulos e valores mobiliários.

## **31 Patrimônio líquido**

### **a) Capital social**

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia apresentava um capital social subscrito e integralizado no valor de R\$ 46.065.

Após as deliberações da AGO, em 30 de abril de 2014 a Companhia aumentou seu capital em R\$ 30.500, totalmente integralizado mediante capitalização de lucros, exclusivamente para capitalização da empresa, não havendo alteração na quantidade total de ações conforme disposto pelo Art. 169, § 1º da Lei 6.404/76.

Assim em 31 de dezembro de 2014 a Companhia apresentava um capital social subscrito e integralizado no valor de R\$ 76.565 (R\$ 46.065 em 31 de dezembro de 2013), representado por 158.488.517 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Cada ação ordinária corresponde a um voto nas Assembleias Gerais, segundo os direitos e privilégios próprios estabelecidos, por lei e nos estatutos para a sua espécie.

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 1.000.000.000 (um bilhão) de novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalizando um capital social representado por até 1.158.488.517 ações, sendo vedada a emissão de ações preferenciais ou partes beneficiárias.

Em 31 de dezembro de 2014 havia 72.819.371 ações em circulação, o equivalente a 45,95% do total de ações emitidas (63.488.187 em 31 de dezembro de 2013, equivalente a 39,92% do total). Compreende o saldo das ações em circulação todos os títulos disponíveis para negociação no mercado, excluídos aqueles detidos por controladores, membros do Conselho de Administração e Diretoria.

### **b) Ações em tesouraria**

Em 1994 a Portobello S/A celebrou acordo de cooperação financeira com o *International Finance Corporation* (IFC) e como obrigação acessória, assumiu o compromisso de fomentar a participação de seus funcionários no seu quadro societário através da oferta de ações, possibilitando que fossem financiadas direto com a Companhia, mediante desconto em folha de pagamento.

---

Já em 1997, como alguns funcionários não tinham mais interesse em continuar amortizando o financiamento, assinaram um termo de desistência transferindo a posse destas ações novamente para a Companhia, que as executou no quarto trimestre de 2013, reconhecendo-as como ações em tesouraria conforme aprovação do Conselho de Administração em outubro de 2013.

A Companhia registrou as ações em tesouraria a valor de mercado, levando em consideração os estudos realizados na época, que verificaram que o valor do custo histórico do ativo que originou as ações era superior ao valor de mercado na data da contabilização. Por isso as ações foram avaliadas pelo valor de mercado, registradas no resultado do exercício, e as cotações correspondem ao dia de cada transferência que foi entre outubro e dezembro de 2013, a cotação média de R\$ 4,90, no montante de R\$ 2.545.

Em 07 de agosto de 2014, em reunião, o Conselho de Administração deliberou e aprovou o cancelamento das 520.407 ações tidas em tesouraria. Assim, a quantidade total de ações da Companhia passa de 159.008.924 para 158.488.517.

#### **c) Reserva legal**

A reserva legal é constituída anualmente através da destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos acumulados ou aumentar o capital social. Em 2014, o saldo da reserva legal soma o montante de R\$ 12.481 (R\$ 7.808 em 31 de dezembro de 2013) conforme previsto no artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

#### **d) Dividendos**

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Lucro líquido do exercício	93.464	90.496
Constituição da reserva legal (5%)	(4.673)	(4.525)
Lucro líquido do exercício ajustado para fins de dividendos	88.791	85.971
Dividendos / juros sobre o capital próprio propostos		
Juros sobre o capital próprio, líquidos de IRRF	5.710	3.658
Dividendos mínimos obrigatórios	16.488	17.836
Dividendos adicionais propostos	22.198	8.597
Total dos dividendos anuais	44.396	30.091

Em 2014 os dividendos são equivalentes a 50% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades Anônimas e Estatuto da Companhia.

#### **e) Reserva de retenção de lucros**

O montante de R\$ 66.201 refere-se ao projeto de crescimento dos negócios, estabelecido no plano de investimentos da Companhia aprovado na Assembleia Geral Ordinária em 30 de abril de 2014, conforme orçamento de capital, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

---

**f) Reserva de lucros a destinar**

O montante da “Reserva de lucros a destinar” em 31 de dezembro 2014 é de R\$ 42.869 (57.460 em 31 de dezembro de 2013) refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados do exercício de 2014, após a destinação de 5% para reserva legal, 25% de dividendos mínimos obrigatórios e dos dividendos adicionais propostos no montante de R\$ 22.198.

Os Administradores da Companhia irão propor em Assembleia Geral a destinação das reservas em observância aos artigos 199 da Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações).

**g) Ajuste de avaliação patrimonial – Custo atribuído**

Em 2010, quando da adoção inicial das normas internacionais CPC 37 e IFRS 1, bem como, da adoção do CPC 43 e ICPC 10, a Companhia adotou a opção de utilizar a reavaliação do imobilizado efetuada em 2006 como custo atribuído, por entender que a mesma representava substancialmente o valor justo na data de transição.

Foi constituído em decorrência das reavaliações de terrenos, construções e benfeitorias, suportadas por laudo de reavaliação preparado por empresa avaliadora independente, a qual determinou os valores dos bens reavaliados, bem como estabeleceu o novo prazo de vida útil remanescente, que se constituiu em nova base de depreciação ao valor contábil líquido dos referidos bens.

Está sendo realizado conforme a depreciação das construções e benfeitorias reavaliadas registradas contra lucros acumulados. O mesmo efeito da realização do ajuste de avaliação patrimonial está refletido no resultado do exercício, pela depreciação dos ativos reavaliados.

Em conformidade com o ICPC 10, a Companhia registrou um valor complementar de R\$ 2.517 de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o saldo reavaliado dos terrenos, visto que em 2006 quando a reavaliação foi realizada, a legislação não permitia a incidência. O ICPC 10 orienta as Companhias a constituir a provisão de impostos sobre a reavaliação de terrenos quando “é provável que os benefícios econômicos associados ao ativo não depreciável irão se reverter para a própria entidade, sejam estes derivados da venda atual, da venda futura ou do próprio uso do ativo”. O imposto de renda e contribuição social diferidos correspondentes ao ajuste de avaliação patrimonial de terrenos, construções e benfeitorias estão classificados no passivo não circulante, conforme nota explicativa nº 15(b).

Considerando o complemento do ajuste de avaliação patrimonial, aprovados pela AGE em 29 de dezembro de 2006, o saldo do ajuste de avaliação patrimonial de ativos próprios, líquido dos efeitos tributários diferidos, monta em R\$ 39.457 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 42.133 em 31 de dezembro de 2013), a despesa de depreciação da reavaliação, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 1.572 (R\$ 1.580 em 31 de dezembro de 2013), e o saldo do IR e CSLL diferidos sobre o ajuste de avaliação patrimonial registrado no passivo não circulante é de R\$ 20.326 (R\$ 17.396 em 31 de dezembro de 2013), vide nota explicativa nº 15(b).

**32 Receitas**

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida, apresentada na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, é como segue.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Receita bruta de vendas	1.128.455	995.212	1.200.814	1.053.849
Deduções da receita bruta	(243.437)	(213.574)	(251.667)	(219.817)
Impostos sobre vendas	(213.052)	(189.877)	(221.055)	(195.999)
Devoluções	(30.385)	(23.697)	(30.612)	(23.818)
Receita líquida de vendas	885.018	781.638	949.147	834.032
Mercado interno	790.116	712.427	845.782	756.677
Mercado externo	94.902	69.211	103.365	77.355

### 33 Despesas por natureza

Os custos dos produtos vendidos, as despesas com vendas e administrativas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Variações nos estoques de produtos acabados e produtos em elaboração (a)	(39.230)	(24.331)	(39.230)	(24.331)
Custos diretos de produção (matérias-primas e insumos)	308.983	252.996	305.118	250.282
Gastos gerais de produção (incluindo manutenção)	38.680	32.422	38.680	32.422
Custo das mercadorias revendidas	171.046	175.493	172.848	177.082
Despesa com transporte das mercadorias vendidas	4.513	2.909	4.513	2.909
Salários, encargos e benefícios a empregados	145.652	122.630	157.432	130.763
Mão de obra e serviços de terceiros	30.105	20.475	37.717	28.263
Amortização e depreciação	24.592	18.058	24.895	18.152
Despesas com aluguéis e leasings operacionais	10.089	8.771	11.197	9.122
Comissões sobre vendas	21.115	18.380	21.467	18.558
Despesas com marketing e publicidade	8.887	8.546	16.912	14.763
Outras despesas comerciais	26.675	18.736	31.606	23.613
Outras despesas administrativas	2.515	3.812	2.687	4.075
Total	753.622	658.897	785.842	685.673

(a) A variação nos estoques de produtos acabados e produtos em elaboração é a diferença entre o custo do produto produzido e o custo do produto vendido, podendo ficar com saldo negativo pelas baixas de CPV referente produtos que foram produzidos em períodos anteriores que contemplavam a conta de estoque.

### 34 Outras receitas e despesas operacionais líquidas

As outras receitas e despesas operacionais individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Outras receitas operacionais				
Receita de serviços	1.901	2.408	670	367
Créditos tributários (a)	3.499	3.809	3.499	3.809
Plano de Previdência - quitação TSP (b)	2.261	-	2.261	-
Atualização atuarial (nota 29.1)	2.184	1.761	2.184	1.761
Outras receitas	776	1.119	790	1.074
<b>Total</b>	<b>10.621</b>	<b>9.097</b>	<b>9.404</b>	<b>7.011</b>
Outras despesas operacionais				
Provisão para contingências (nota 26)	(3.775)	(2.071)	(3.794)	(3.949)
Provisão para incentivo de longo prazo (nota 30 )	(3.697)	(3.693)	(4.011)	(3.616)
Provisão para participação no resultado (c)	(8.457)	(8.895)	(9.054)	(9.704)
Despesas pré operacionais Fábrica Alagoas	(3.533)	-	(3.650)	-
Outras despesas	(1.134)	(438)	(1.376)	(509)
<b>Total</b>	<b>(20.596)</b>	<b>(15.097)</b>	<b>(21.885)</b>	<b>(17.778)</b>
<b>Total líquido</b>	<b>(9.975)</b>	<b>(6.000)</b>	<b>(12.481)</b>	<b>(10.767)</b>

(a) Créditos extemporâneos (Materiais Intermediários Nov/2009 a Jun/2014 ; Pis e Cofins Ativo Imobilizado Maquinas e Equipamentos ref 2010 a 2014);

(b) Quitação dos débitos de TSP (tempo de serviço passado) pela utilização do Fundo de Reversão do Plano de Benefícios Portobello Previdência;

(c) Reconhecimento de provisão de participação dos funcionários a ser pago após o final do exercício.

### 35 Outros ganhos (perdas), líquidos

A variação cambial líquida operacional registrada sob a rubrica de outros ganhos (perdas) líquidos, controladora e consolidado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 apresentou ganho de R\$ 6.933 e de R\$ 1.121, respectivamente.



### 36 Resultado financeiro

O resultado financeiro individual e consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Receitas financeiras				
Juros	4.199	5.175	4.986	6.211
Atualização de ativos	13.047	13.005	13.047	13.005
Ganho com operação de derivativos	1.285	-	1.285	-
Desconto Parcelamento Lei 11.941 (a)	5.998	-	5.998	-
Outros	699	500	766	558
<b>Total</b>	<b>25.228</b>	<b>18.680</b>	<b>26.082</b>	<b>19.774</b>
Despesas financeiras				
Juros	(25.565)	(19.221)	(25.974)	(19.538)
Encargos financeiros com tributos	(8.134)	(7.276)	(8.204)	(7.358)
Decomposição de desconto de provisões para contingências (nota 26)	(3.221)	(4.180)	(3.232)	(4.258)
Pis e Cofins BC reduzida - redução multa e juros (nota 23b)	-	6.228	-	6.228
Comissões e taxas de serviços (b)	(6.404)	(2.623)	(6.541)	(2.679)
Deságios/despesas bancárias (c)	(2.556)	(392)	(2.556)	(392)
Outros	(3.975)	(5.097)	(4.280)	(5.372)
<b>Total</b>	<b>(49.855)</b>	<b>(32.561)</b>	<b>(50.787)</b>	<b>(33.369)</b>
Variação cambial líquida				
Empréstimos e financiamentos	(3.434)	(5.994)	(3.434)	(5.994)
<b>Total</b>	<b>(3.434)</b>	<b>(5.994)</b>	<b>(3.434)</b>	<b>(5.994)</b>
<b>Total líquido</b>	<b>(28.061)</b>	<b>(19.875)</b>	<b>(28.139)</b>	<b>(19.589)</b>

(a) Desconto pela quitação antecipada do saldo de Parcelamento - Lei 13.043/2014.

(b) Custo de captação de empréstimos.

(c) Deságio referente recebimento da parcela precatório conforme nota explicativa 10.

### 37 Resultado de operações descontinuadas

Em agosto de 2010, o Conselho de Administração aprovou a descontinuação das atividades operacionais da controlada Portobello América, tendo em vista que a demanda no mercado norte americano, permanecerá contida para os próximos anos. O ativo já está todo desmobilizado e os principais ativos e passivos desta unidade, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, são as disponibilidades R\$ 281 (R\$ 326 em 31 de dezembro de 2013), dívidas com pessoas ligadas R\$ 54.409 (R\$ 47.975 em 2013), e patrimônio líquido negativo de R\$ 54.128 (R\$ 47.649 em 2013).

O resultado das operações descontinuadas é apresentado de forma consolidada, portanto, além do resultado da subsidiária Portobello América, Inc., (nota explicativa nº 18), considera a porção das operações da Controladora na operação descontinuada. No exercício de 2014, o resultado das operações descontinuadas foi um prejuízo de R\$ 90 (prejuízo de R\$ 75 em 31 de dezembro de 2013), representado por algumas despesas administrativas ocorridas nesse exercício.

### 38 Lucro por ação

#### a) Básico

De acordo com o CPC 41 (Resultado por Ação), o lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	93.464	90.496	93.464	90.496
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (a)	158.489	159.009	158.489	159.009
Lucro básico por ação	0,59	0,57	0,59	0,57
Resultado das operações continuadas	93.464	90.496	93.554	90.571
Resultado das operações descontinuadas	-	-	(90)	(75)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias	158.489	159.009	158.489	159.009
Resultado das operações continuadas por ação	0,58972	0,56913	0,59029	0,56960
Resultado das operações descontinuadas por ação	-	-	(0,00057)	(0,00047)

O lucro consolidado atribuível aos acionistas não considera a participação dos não controladores. O mesmo critério foi utilizado para os resultados das operações continuadas e descontinuadas.

#### b) Diluído

O lucro diluído por ação é igual ao básico, uma vez que as ações ordinárias da Companhia não possuem fatores diluidores.

### 39 Dividendos

A Assembleia Geral Ordinária aprovou em 30 de abril de 2014, o pagamento de dividendos adicionais no valor de R\$ 8.597. Assim, o total distribuído referente ao exercício de 2013 foi de R\$ 30.090, sendo R\$ 23.635 o saldo pago em 2014. Os pagamentos foram iniciados em 30 de maio de 2014.

O Conselho de Administração da Companhia deliberou e aprovou em 07 de agosto de 2014 o pagamento antecipado no exercício de 2014, no montante de R\$ 6.447 (R\$ 5.710 líquido de imposto de renda), a título de juros sobre capital próprio. Os pagamentos foram iniciados em 26 de setembro de 2014, correspondente ao valor de R\$ 0,040674 por ação ordinária (R\$ 0,036028 líquido de imposto de renda).

Conforme descrito na nota explicativa nº 31.d, em 2014 a Administração irá propor distribuir dividendos adicionais no montante de R\$ 22.198. Se aprovado, o montante que resta a pagar aos acionistas a título de distribuição de lucros será de R\$ 38.686, cuja data de pagamento será deliberada na Assembleia Geral Ordinária. O total distribuído em 2014 corresponde a 50% do lucro líquido ajustado referente o exercício de 2014, no montante de R\$ 44.396.

## 40 Informações por segmento de negócio

A administração definiu os segmentos operacionais, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria-Executiva.

A Diretoria-Executiva efetua sua análise do negócio, segmentando-o sob a perspectiva dos mercados em que atua: Doméstico (Mercado Interno - Brasil) e Exportação (Mercado Externo - Outros Países).

A receita gerada pelos segmentos operacionais reportados é oriunda, exclusivamente, da fabricação e comercialização de revestimentos cerâmicos utilizados no setor de construção civil.

A Diretoria-Executiva avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base na mensuração do resultado operacional (Resultado antes das despesas financeiras líquidas e nos tributos sobre o lucro – EBIT) e não leva em consideração os ativos para a análise de desempenho dos segmentos, dado que os ativos da companhia não são segregados.

As informações por segmento de negócio, revisadas pela Diretoria-Executiva são as seguintes:

	Em 31 de dezembro de 2014			Em 31 de dezembro de 2013		
	Brasil	Outros Países	Total	Brasil	Outros Países	Total
Operações continuadas						
Receita	845.782	103.365	949.147	756.677	77.355	834.032
Custo dos produtos vendidos	(532.736)	(59.193)	(591.929)	(461.924)	(68.355)	(530.279)
Lucro operacional bruto	313.046	44.172	357.218	294.753	9.000	303.753
Receitas (despesas) operacionais líquidas	(179.515)	(19.946)	(199.461)	(145.074)	(19.966)	(165.040)
Vendas, gerais e administrativas	(174.522)	(19.391)	(193.913)	(136.444)	(18.950)	(155.394)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(11.233)	(1.248)	(12.481)	(9.652)	(1.115)	(10.767)
Outros ganhos (perdas), líquidos	6.240	693	6.933	1.022	99	1.121
Resultado operacional antes do resultado financeiro	133.531	24.226	157.757	149.679	(10.966)	138.713
% sobre a ROL	16%	23%	17%	20%	-14%	17%

A Companhia não possui clientes que representam individualmente mais de 10% da receita líquida de venda.

## 41 Compromissos

### a) Compromissos para aquisição de ativos

Os gastos contratados na data do balanço, mas ainda não incorridos referente ao Imobilizado em 31 de dezembro de 2014, somam o montante de R\$ 28.774, onde 94% são para Fábrica de Alagoas, que encontra-se em fase de construção.

### b) Compromissos com arrendamento mercantil operacional

Os arrendamentos mercantis operacionais referem-se a aquisição de veículos. Os pagamentos mínimos futuros não canceláveis, em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 são de R\$ 1.168 e R\$ 891 respectivamente para menos de um ano. Para mais de um ano e menos de cinco anos são de R\$ 367 e R\$ 987 respectivamente.

## 42 Cobertura de seguros

A cobertura de seguros atual é considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais sinistros. Em 31 de dezembro de 2014 a cobertura para incêndio, raio e explosão de qualquer natureza era de R\$ 84.000, para vendaval, fumaça com impacto de veículos no valor de R\$ 25.000, lucros

cessantes no valor de R\$ 51.115 e danos elétricos, tumultos e responsabilidade civil no montante de R\$ 5.600. A vigência da apólice corresponde ao período de 14 de abril de 2014 até 13 de abril de 2015.

A Companhia também possui Seguro de Responsabilidade Civil para Administradores (D&O), contratado com a AIG Seguros Brasil S/A, para a cobertura de perdas e danos a terceiros por atos vinculados ao exercício das funções e atribuições dos Administradores, até o montante de R\$ 10 milhões, com vigência de 26 de agosto de 2014 até 26 de agosto de 2015.

Adicionalmente a Companhia contratou uma apólice com a Fairfax Brasil, referente a prestação de garantia na reclamação trabalhista nº 0234100-60.1998.5.05.0015 no valor de R\$ 33.548, vigente de 24 de junho de 2014 até 24 de junho de 2017.

### 43 Empresas ligadas e partes relacionadas

As transações comerciais de compra e venda de produtos, matérias primas e contratação de serviços, assim como as transações financeiras de empréstimos, captação de recursos entre a Controladora e as controladas, foram realizadas conforme abaixo.

Natureza	Transações com controladas e empresas ligadas	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
<b>Ativo</b>			
Dividendos a receber	Portobello Shop S.A.	9.472	2.934
Contas a receber	Portobello América, Inc.	54.383	47.962
Contas a receber	PBTech Com. Serv. Cer. Ltda.	5.947	4.461
Mútuo	PBTech Com. Serv. Cer. Ltda.	1.092	2.886
Valores a receber	Portobello Shop S.A.	3	22
Créditos com Controladas - Não Circulante		61.425	55.331
Créditos com outras pessoas ligadas	Refinadora Catarinense S.A.	88.893	94.540
<b>Passivo</b>			
Dividendos antecipados	Portobello Shop S.A.	6.461	-
<b>Outras transações</b>			
Adiantamento a fornecedores	Mineração Portobello Ltda.	1.451	1.426
Contas a receber - líquido de adiantamento	Solução Cerâmica Com. Ltda.	44	(1.305)
Contas a receber - líquido de adiantamento	Flooring Revest. Cer. Ltda.	293	580
		1.788	701

Natureza	Transações com controladas e empresas ligadas	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Receitas			
Prestação de serviços	Portobello Shop S.A.	5.988	6.120
Venda de produtos	Solução Cerâmica Com. Ltda.	19.914	16.318
Venda de produtos	Flooring Revest. Cer. Ltda.	8.854	8.069
Venda de produtos	PBTech Com. Serv. Cer. Ltda.	5.099	2.376
Despesas			
Custo dos serviços prestados	Portobello Shop S.A.	(4.770)	(4.025)
Compra de produtos	Mineração Portobello Ltda.	(3.866)	(2.713)
Aluguel	Gomes Participações Societárias Ltda.	(423)	(320)
		30.796	25.825

O contrato de mútuo com a controlada PBTech é remunerado pela variação de 100% do CDI e possui vencimento em 31 de dezembro de 2016.

A controlada é avalista da Companhia em alguns financiamentos (vide nota explicativa 22).

#### Transações entre as partes relacionadas

A Portobello Shop apresenta contas a receber e receita de serviços referente a royalties de quatro franqueadas que são partes relacionadas. Compõem a rede de franquias uma controlada da Companhia e duas empresas ligadas. Seguem transações:

Transações com controladas e empresas ligadas	Natureza	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	Natureza	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
	Ativo			Receitas		
Solução Cerâmica Com. Ltda.	Contas a receber	353	363	Royalties	4.669	3.548
Flooring Revest. Cer. Ltda.	Contas a receber	149	190	Royalties	2.334	1.692
		502	553		7.003	5.240

#### Remuneração do pessoal chave da administração

As despesas de remuneração do pessoal chave da administração, que compreendem os membros da diretoria, conselho de administração, conselho fiscal e gerência, registradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 são:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Remuneração fixa				
Salários	10.158	8.391	12.090	9.720
Honorários	4.245	3.490	4.245	3.861
Remuneração variável	6.683	6.019	7.461	7.496
Benefícios diretos e indiretos de curto prazo	-	-	-	-
Plano de previdência	1.136	933	1.189	1.088
Outros	1.356	1.213	1.612	1.464
Benefícios por desligamento	256	36	453	255
	<u>23.834</u>	<u>20.082</u>	<u>27.050</u>	<u>23.884</u>